

Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 09 de junho de 2021

Ata N.º 38

No dia nove de junho de dois mil e vinte e um, pelas vinte horas e cinquenta e sete minutos, no Auditório Municipal de Pinhal Novo, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Palmela, sendo a mesma transmitida simultaneamente via internet, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento e GOP 2021-2025;

PONTO DOIS – Aprovação Acordo relativo ao funcionamento do exercício pela Área Metropolitana de Lisboa das suas competências de autoridade de transportes;

PONTO TRÊS – Operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Palmela e de Pinhal Novo – Relatório de monitorização 2020;

PONTO QUATRO – Tomada de Posição sobre o Hospital de São Bernardo;

PONTO CINCO – Informação sobre atividade das Comissões da Assembleia Municipal

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete e Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sr. Luis Manuel Paciência Pato;
- Sr. Carlos Alberto das Neves Moço;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Nuno Duarte Ribeiro Delgado;
- Sra. Maria João Camolas Contente Caleira;
- Sra. Sónia Cristina Rodrigues Matos Semião;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto;
- Sr. Mário Miguel Xavier Felicidade;
- Sr. António Joaquim Viegas.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;

- Sr. Carlos André Caetano da Silva;
- Sra. Ana Elísia Gonçalves Monteiro;
- Sr. Rui Manuel Marques Lourenço;
- Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sr. Jorge Manuel Marques Freitas;
- Sra. Patricia Alexandra da Silva Bento Caixinha;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP)

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- Sr. Colin Michael Mateus Marques;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Movimento Independente Pela Mudança (MIM)

- Sra. Luz Bela Correia Veríssimo.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE)

- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira;
- Sr. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Por parte do Independente

- Sr. Mário Rui Faustino Baltazar.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU)

- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sra. Rute Isabel Morgado Trindade;
- Sr. Joaquim Pereira Pires;
- Sra. Paula Cristina Guerreiro Sobral;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa.

Por parte do Partido Socialista (PS)

- Pedro Miguel Paula Biu.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;
- Sr. Vereador Luís Miguel Rezinho de Oliveira Calha;
- Sr. Vereador Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sra. Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo;
- Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro;
- Sr. Vereador José Calado Gertrudes.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sra. Rute Isabel Morgado Trindade da CDU**, justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Carlos Alberto das Neves Moço**, que se encontra presente.
- **Sr. Pedro Miguel Paula Biu do PS**, justificou ausência à sessão, por motivos pessoais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Carlos André Caetano da Silva**, que se encontra presente.
- **Sra. Paula Cristina Guerreiro Sobral da CDU**, justificou ausência à sessão, por se encontrar de férias, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Sónia Cristina Rodrigues Matos Semião**, que se encontra presente.
- **Sr. Nidberto Patuleia Paiva da CDU**, justificou ausência à sessão, por motivos pessoais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Luís Manuel Paciência Pato**, que se encontra presente.
- **Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa da CDU, Presidente da União das Freguesias de Poceirão e Marateca**, justificou ausência à sessão, fazendo-se representar por **António Joaquim Viegas** secretário do executivo.
- **Sr. António Manuel Caeiro Mestre da CDU, Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo**, justificou ausência à sessão, fazendo-se representar por **Mário Miguel Xavier Felicidade**, tesoureiro do executivo.
- **Sr. Joaquim Pereira Pires da CDU**, justificou ausência à sessão, por motivos de doença, tendo a falta sido considerada justificada.
- **Sr. Mário Rui Faustino Baltazar do MIM**, solicitou o fim da sua vinculação ao Movimento Independente pela Mudança, assumindo a continuação da sua representação como membro desta Assembleia Municipal, como independente.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros o **Sr. Carlos Alberto das Neves Moço**, **Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião**, **Sr. Luís Manuel Paciência Pato da CDU**, e o **Sr. Carlos André Caetano da Silva do PS**, que após juramento de honra e assinada a respetiva ata, que fica apensa à presente, foi empossado no cargo.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

A Sra. Presidente da Mesa:

"Gostaria de iniciar então a reunião, mas temos aqui uma questão prévia, que tem que ser equacionada, o Mário Baltazar o membro da Assembleia, Mário Baltazar deu, enfim, confirmou a sua presença através, enfim, da leitura feita pela Andreia que o identificou como pertencente ao MIM o que é correto, era correto, até esta tarde, porque na Assembleia recebemos um e-mail do Mário Baltazar dizendo que, pelo presente informa, vou ler:

"Venho pelo presente informar que a minha ligação ao Movimento Independente pela Mudança, terminou no dia de hoje. Assim, dentro do contexto atual sou a solicitar o fim da minha vinculação ao mesmo como membro representativo da Assembleia Municipal com ligação ao Movimento Independente pela Mudança. Assumindo desde já, a continuação da minha representação como membro desta Assembleia Municipal como independente sem qualquer ligação ao MIM."

O que é que isso significa, nós imediatamente os serviços da Assembleia da Câmara imediatamente confirmaram a situação em que fica assim o membro da Assembleia Mário Baltazar e portanto, nesta condição, a condição de membro de um movimento que se fosse membro de um partido, precisava da confirmação da sua desvinculação ao partido, para continuar como membro independente, no caso dos movimentos independentes, basta a declaração do membro, da pessoa, de que deixa de estar vinculado ao movimento para continuar como membro da Assembleia, portanto, a partir de agora e já agora só para que não restem dúvidas, Lei das Autarquias 169/99 e no nosso Regimento o tema está abordado nos artigos 17, 18 e 19. A partir de agora, nesta sessão, inclusive, o membro Mário Baltazar integra a Assembleia como independente.

Quando votarmos temos que ter atenção a isso, porque para efeitos de registo na ata, já não vai ser a em nome do MIM, mas enquanto membro independente.

Não cumprimentei, desculpem, foi uma falha da minha parte de repente ouvi o eco e lembrei-me que estamos também a ser acompanhados por um municípios, ou cidadão que em casa possam eventualmente seguir-nos, se assim for a quem nos segue, boa noite também agradecemos o facto de assistirem à nossa Assembleia, só temos pena de que não possam participar por essa via, a reunião de hoje também é extraordinário, portanto, não o fariam, mas fica, apesar de tudo o convite para estarem connosco presencialmente quando entenderem.

Sobre a ordem de trabalhos, vamos diretamente ao ponto número um, que é a 2ª Alteração Modificativo ao Orçamento e às GOP e eu pedia ao Sr. Presidente da Câmara que apresentasse a proposta por favor.

Período da Ordem do Dia

PONTO UM – 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento e GOP 2021-2025

O Sr. Presidente da Câmara:

"Muito obrigado, Sra. Presidente, muito boa noite a todas e a todos cumprimento V. Exa., os restantes Membros da Mesa as Sras. e os Srs. Membros da Assembleia Municipal, as Sras. e os Srs. Vereadores aqui presentes ou à distância, as trabalhadoras e os trabalhadores do município e os munícipes que nos acompanham.

Esta 2ª Alteração Modificativa do Orçamento e Grandes Opções do Plano tem como objetivos o seguinte:

- Efetuar ajustamentos nos documentos previsionais decorrentes da reprogramação física ou financeira de ações cofinanciadas por fundos comunitários, da inclusão de novas operações entretanto aprovadas e ainda da majoração da compartição de diversas operações;
- Reprogramar ou reforçar as dotações de diversas ações em anos futuros de modo a permitir a assunção de compromissos plurianuais;

Na Receita:

Os movimentos efetuados, incidem sobre as rubricas «Transferências correntes», «Transferências de capital» e «Passivos financeiros», resultaram numa anulação no valor global do orçamento de nove mil oitocentos e sessenta e dois euros. Importa, contudo, sublinhar que a principal anulação, no valor de setecentos e oitenta mil euros, resulta da reprogramação física e financeira de uma obra o (HUB 10), que, face a diversos atrasos processuais, só poderá ser concluída em dois mil e vinte e dois, e que as majorações aprovadas pelo "POR Lisboa" permitiram efetuar um reforço superior a seiscentos e cinquenta mil euros. Estas majorações, teve que ver de facto com a execução de várias obras cofinanciadas que tiveram uma execução atempada vieram a beneficiar de acréscimos de financiamento na comparticipação do "POR Lisboa".

Na Despesa:

Os principais movimentos resultam de Alterações às Grandes Opções do Plano, mas produzindo uma diminuição da dotação global muito pouco expressiva, ela é inferior a dez mil euros. Assim, após esta alteração modificativa a dotação das Grandes Opções do Plano passa de quarenta e três milhões seiscentos e oitenta e dois mil quinhentos e noventa e nove euros para quarenta e três milhões seiscentos e setenta e três mil setecentos e quarenta euros.

Os principais movimentos efetuados nas Grandes Opções do Plano são os seguintes:

Funções Gerais:

- Reforço da dotação de ações do projeto «Aquisição e reparação de máquinas e viaturas», fez-se um reforço para reparações de viaturas da frota municipal no valor de onze mil e quatrocentos euros, seis mil euros em dois mil e vinte e dois e em dois mil e vinte e quatro para um processo que pretendemos ir adquirindo por leasing outras viaturas, e destaco aqui uma viatura específica para o Centro de Recolha Oficial Animal.

Funções Sociais:

- Reforço da ação «Instalações Temporárias», foi efetuado um reforço no valor de vinte e um mil e quinhentos euros, em dois mil e vinte e um e trinta mil e cem euros em dois mil e vinte e dois, para continuar a alugar instalações do Colégio Guimarães, de agosto de dois mil e vinte e um a julho de dois mil e vinte e dois.

- Reforço da dotação dos anos seguintes da ação «Conservação e Funcionamento das EB's/JI's». São pequenos reforços para pequenas obras, pequenas aquisições de serviços muito específicas, desenfumagem, sistemas de bombagem, cortinas de fogo, sistemas de para-raios, são verbas pequenas, mas como há contratos tem que ficar logo tudo programado para os anos seguintes.

- Reforço da ação «Requalificação do Salão Nobre dos Paços do Concelho, dez mil euros para permitir a execução de um projeto de eletricidade e trabalhos suplementares.

- Reforço da dotação dos anos seguintes de diversas ações do projeto «Infraestruturação de Arruamentos», destaco oitenta mil euros em dois mil e vinte e dois, para a execução de obras de infraestruturas em substituição dos titulares de alvarás de loteamento para trabalhos suplementares na infraestruturação da

Quinta dos Farias e novos trabalhos em Val Flores onde pretendemos lançar em breve concurso para o equipamento e mais dois postos de transformação.

Cento e trinta e quatro mil e quinhentos euros em dois mil e vinte e dois, para a infraestruturização da Lagoinha 2ª fase para continuarmos, para permitir, por exemplo, lançar obras para a zona cinco e avançar com projetos de especialidades para a ampliação do sistema na Rua da Holanda.

Trinta e três mil euros em dois mil e vinte e dois para criação de uma nova interseção com o Caminho Municipal/1029, entre a Rua do Ribatejo, em Brejos Carreiros, houve a necessidade de abrir um novo arruamento para resolver ali um problema cadastral.

- Reforço da dotação dos anos seguintes da ação «Ampliação e Remodelação da Rede – Abastecimento de Água», mais cinquenta mil euros em dois mil e vinte e dois, para permitir lançar ainda com alguma verba que existe este ano a obra de construção de uma nova conduta para ficarmos ligados ao sistema da Moita a Augi da Bela Vista, está felizmente, a terminar a sua obra de infraestruturização não se justifica o processo inicial que seria levar água da Autoeuropa até ao Pinheiro Ramudo e à Augi da Bela Vista, são vários quilómetros e só quando o Pinheiro Ramudo efetivamente avançar e pagar as taxas e, portanto, a solução que encontrámos até nesta lógica das várias ligações Intermunicipais, foi fazer esta conduta até à Moita.

- «Candidatura de Recolha Biorresíduos», o município já tinha anunciado que se candidatou para estar também no grupo da frente dos municípios que começam também já com esta prática ao tomarmos conhecimento da aprovação da candidatura conforme foi anunciado, importa agora que as verbas passem a estar definidas e ela não é cofinanciada com peso muito significativo, pelo contrário, sobretudo nas viaturas é até muito pouco financiada e tivemos que procurar encontrar dinheiro com os reforços que conseguimos para começar agora a lançar os vários procedimentos que vão desde aquisição de contentores, por exemplo, cinquenta e cinco mil e quinhentos euros, quatrocentos e sessenta e nove mil e oitocentos euros em dois mil e vinte e um, cento e cinquenta e sete mil e seiscentos euros em dois mil e vinte e dois, por exemplo, a aquisição de viaturas, uma viatura específica que só pode ser utilizada para a recolha dos biorresíduos, tal como os contentores só podem ser para aquele fim, e ainda uma viatura exclusivamente para recolha de verdes para compostagem, para que seja entregue só verdes na compostagem sem qualquer contaminação.

- Reforço da dotação dos anos seguintes da ação «Novo parque de estacionamento na Quinta do Anjo»; Também estamos já aqui a colocar quarenta e quatro mil euros em dois mil e vinte e dois para com a verba que temos em dois mil e vinte e um, poderemos lançar uma obra que não estava inicialmente, no plano de mandato, mas que viemos a conseguir adquirir o terreno e pagar o projeto e já o vimos aprovado, finalmente das Infraestruturas de Portugal, que é o parque de estacionamento na Quinta do Anjo junto à Rua Manuel Caetano, junto ao mercado municipal.

- Reforço da dotação da ação «Ampliação do CROA»; a grande ampliação que necessitamos ainda não temos terreno para o fazer, vai ser agora beneficiado com um parque e uma vedação numa zona muito generosa para que os animais possam passear e estar ali soltos enquanto as boxes são higienizadas, mas vamos investir no antigo edifício que era aquilo que nós chamávamos o nosso canil e gatil, reabilitando e preparando para sala de cirurgia e gatil para termos o gatil à parte da zona do canil, eles estão separados, naturalmente, em boxes específicas, mas podemos ali gerir melhor, criar mais espaço e ter outra capacidade de resposta sem externalizar e adquirir alguns serviços ao exterior que estamos hoje a contratualizar a Veterinários a empresas do exterior.

- Reforço da dotação ação «Construção e Beneficiação de EJR e Polidesportivos», temos várias obras em curso outras lançadas, outras recém adjudicadas como por exemplo o Polidesportivo José Maria dos Santos, mas estamos agora aqui a reforçar com mais sessenta mil euros para lançar a obra de requalificação do espaço de jogo e recreio da Quinta do Anjo, ali por trás da Casa do Povo, porque aquilo não vale a pena reparação só o pavimento, o equipamento vai ser uma coisa completamente nova e hoje com o projeto já feito e com a estimativa dos custos há necessidade deste reforço para que fique ali um parque com excelentes condições e segurança.

Funções Económicas:

- Reforço da dotação dos anos seguintes da ação «Iluminação Pública - Contrato de Gestão de Eficiência Energética (ESE)», o município lançou um concurso, o contrato de gestão de eficiência energética (ESE), uma coisa para quinze anos, para, enfim, adjudicar, o Visto do Tribunal de Contas, etc., nós estamos a reforçar duzentos e quarenta e três mil e setecentos euros em dois mil e vinte e dois, duzentos e dezanove mil e setecentos euros em dois mil e vinte e três, cento e noventa e quatro mil e setecentos em dois mil e vinte e quatro, cento e sessenta e oito mil e setecentos em dois mil e vinte e cinco e depois como isto são quinze anos, temos ainda onze virgula cinco milhões de euros nos anos seguintes, o que quero aqui explicar penso que os Srs. Membros da Assembleia entenderam que este contrato (ESE) é muito mais vantajoso para o município, na medida em que nós vamos deixar de pagar em média, um milhão e quatrocentos mil euros por ano à EDP e vamos ter, de facto este contrato com grandes poupanças, mas que tem que ser diluído nestes quinze anos para se poder adjudicar tudo legalmente, obviamente, temos que ter estes compromissos plurianuais nos planos.

- Reprogramação da ação «HUB 10 – Plataforma Humanizada de Conexão Territorial – Concelho de Palmela»; o reforço para dois mil e vinte e dois tem que ver com o timing de execução desta obra que aproveitamos para esclarecer, temos estado de facto, presos pelo visto do Tribunal de Contas, neste momento, apenas com uma parcela não conseguimos escriturar e a solução que encontramos vai ter que vir a reunião de câmara, se calhar ainda este mês, foi uma alteração ao projeto porque não se consegue de maneira nenhuma escriturar aquilo e o Tribunal de Contas, embora já haja jurisprudência nesta matéria quando é uma ínfima parte é uma coisa sem importância numa obra de um milhão e não sei quantos costuma não pôr entraves, mas desta feita exigiu não é os acordos nas autorizações para entrar no terreno e a obra, é escrituras feitas e com esta família não se conseguiu, vamos ultrapassar, desta forma, alterando o projeto numa próxima reunião de câmara e depois voltando a enviar as questões para o Tribunal de Contas. Isto obriga-nos a não ter o dinheiro todo este ano porque quando fizermos também o novo envio para Tribunal de Contas, temos que mandar também o cronograma financeiro de acordo com o tempo de execução da obra, ela está adjudicada desde novembro de dois mil e vinte.

- Reforço da dotação da ação «Pavimentação da Rua de São Francisco – Vale de Touros»; o reforço da dotação de várias pavimentações da Rua de São Francisco em Vale de Touros, da rua José Luis Camolas em Palmela, na pavimentação da Rua João Pedro Monteiro e na Rua de São Pedro na Venda do Alcaide Pinhal Novo. Estes reforços têm que ver com a oportunidade que não devemos perder de remodelar algumas redes de água cuja idade das condutas o justifique, nós vamos fazer ali investimentos avultados todos eles acima dos cem/cento e cinquenta mil euros em novas pavimentações e os concursos até já foram desenvolvidos, **com exceção aqui do de São Pedro, mas ao aferirmos os custos, percebemos que se fizermos este reforço,** vamos conseguir fazer estas obras também e fica já a situação das condutas de água completamente requalificadas.

- Reforço da dotação dos anos seguintes da ação «Mobilidade Urbana – Transportes Públicos», na mobilidade urbana que tem que ver com a proposta seguinte, nos transportes públicos foi efetuado um reforço de quatrocentos e cinquenta e seis mil e seiscentos euros de dois mil e vinte e dois a dois mil e vinte e cinco e seis virgula seis milhões de euros nos anos seguintes que são os valores previstos no acordo de financiamento a celebrar com a Área Metropolitana de Lisboa, no âmbito das competências da autoridade de transporte para o período de vinte e cinco a vinte e nove, ou seja, o Tribunal de Contas quer que todos os municípios aprovelem aquilo que nós daqui a pouco, vamos apreciar no sentido de ficar esta garantia que a adjudicação dos vários lotes tem para os anos seguintes, a cabimentação obrigatória nos documentos previsionais das respetivas autarquias.

- Reforço da dotação da ação «Festivais e Eventos de Promoção Turística», este reforço de quarenta mil e quinhentos euros tem que ver com a necessidade de se lançar o procedimento para a iluminação de Natal que é um procedimento que convém ser sempre feito em junho/julho sob pena de mais tarde, não se conseguir nem os resultados nem os preços mais satisfatórios e, de facto, esta rubrica não estava suficientemente dotada para se desenvolver já este procedimento.

- Reforço da dotação da ação «PRARRÁBIDA – Janela da Arrábida (Palmela)», um reforço de cento e nove mil euros para permitir adjudicar procedimentos da candidatura.

Nas anulações, temos aqui menos vinte e um mil e quinhentos euros no logradouro da Zeca Afonso a obra, felizmente, foi adjudicada por um valor inferior à dotação, quinze mil euros, na conservação e manutenção de espaços verdes e zonas públicas, que servem para reforçar outras ações, porque esta parte dos espaços verdes também noutras rubricas havia sido reforçado, setecentos e oitenta mil euros relativos ao (HUB10) que é a reprogramação passa de dois mil e vinte e um para dois mil e vinte e dois, porque não vamos conseguir gastar um milhão e duzentos mil euros este ano.

Quarenta mil euros relativos ao Ciclopset – Rede Cicável da Península de Setúbal concelho de Palmela, e já procurei antecipar aqui algumas questões dadas estas explicações terminaria dizendo que o total do orçamento após esta 2ª alteração modificativa, entenda-se revisão, é de sessenta e sete milhões oitocentos e trinta e seis mil cento e sessenta e quatro euros e cinquenta e sete cêntimos, o que representa um decréscimo de zero virgula zero quinze por cento relativamente ao orçamento atual.

Sra. Presidente, procurei explicar o melhor possível a proposta e os respetivos mapas, estou ao dispor para as questões que os Srs. e as Sras. Membros da Assembleia, entendam colocar.”

A Sra. Presidente da Mesa:

Muito bem, obrigado, Sr. Presidente.

Caras e caros Membros da Assembleia questões sobre o tema por favor.

Alguém deseja intervir?

Tenho um pedido em sala da Membro da Assembleia Rosa Pinto, tenho pedido em casa do Membro da Assembleia José Carlos de Sousa.

Convido então a Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto a usar da palavra por favor.”

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

“Muito boa noite a todos, na pessoa da Sra. Presidente cumprimento a Mesa, os Srs. Vereadores eleitos aqui presentes, os funcionários que apoiam a Assembleia Municipal, bem como os novos funcionários com as novas tecnologias, não vendo se estão presentes cumprimento a comunicação social, os Srs. Vereadores, estou a ver um aqui, para além dos que estão presentes na sala estou a ver o Dr. Paulo Ribeiro, não consigo ver mais, talvez estejam, mas não consigo ver e todos os colegas que estão em casa bem como público que esteja a assistir.

Relativamente a este ponto quero informar a Assembleia que enviámos ontem através da Mesa na pessoa da Sra. Presidente vários pedidos à Câmara, onde se incluía também o HUB10, este projeto e para o qual pretendemos melhores esclarecimentos e que são uma futura consulta do próprio processo. Não é para me queixar, porque isto e as obras sabemos como são, nem a obra, é minha como diria o outro, mas nós na Quinta do Anjo temos sempre estes azares, ou é a escola que termina mais tarde, ou é o empreiteiro que “foge”, ou é o empreiteiro que vai à falência. Aqui eu acho, que houve atraso no próprio projeto e depois no Tribunal de Contas exigir isto eu, por acaso, acho bem, concordo e em futuros casos semelhantes, acho que nos devemos precaver, porque estar a enviar processos para o Tribunal de Contas de projetos com desafetações de proprietários que ainda não temos completamente asseguradas, penso eu, das palavras do que o Sr. Presidente disse, ou se estariam apalavradas, mas depois não quiseram outorgar a escritura que também se pode estar o caso, à última hora, tomarem decisões diferentes e, portanto, não é ser pessimista, mas sempre achei que para este ano era muito difícil, o início da obra, mas esperamos que ainda comece este ano.

Efetivamente não temos transportes, também o mesmo se pode dizer do Poceirão. Agora estou a falar do HUB10, estou na Quinta do Anjo e estas freguesias estão perfeitamente discriminadas em relação a outras. Portanto, transportes não existem como deve ser, estradas não existem como deve ser, a nacional 379, e a estrada da Coca-Cola. Temos que ir dar uma grande volta. Vamos pela ponte Vasco da Gama, passamos em Olhos de Água e isto, eu tenho que lamentar aqui perante todos, porque não são reivindicações de há

um ano, são de há vinte anos. Isto é tempo do tempo do candidato Carlos Sousa, nem é do tempo da Dra. Ana Teresa. São, promessas que nos fizeram e que não cumpriram, são mais que muitas. Contrariamente ao que diz o Dr. Álvaro Amaro, pelo menos pôs a mão à obra agora se a vai terminar ou não, isso já não sei. Que o processo podia ter andado mais depressa, na minha opinião, podia. Pois, houve confinamento houve tudo, mas estes projetos conseguem-se fazer com os computadores e em casa e tudo mais. Houve aqui alguns atrasos, acredito que seja um processo complicado, mas não deve ser assim, uma ponte Vasco da Gama e, portanto, tenho que lamentar o não cumprimento dos prazos.

Para além disso, há que dizer que falarei no ponto a seguir em relação aos transportes. Estão-me a pedir para votar uma coisa que eu nem sei o que é. É um protocolo para dar para lá dinheiro, porque contrariamente ao que já pedimos várias vezes, aqui nesta Assembleia, onde já anunciei que não vou estar presente, no próximo mandato. Não quer dizer, que não venha cá assistir de vez em quando por curiosidade. A verdade é que não foram prestadas as informações solicitadas.

Mas as coisas não podem funcionar assim, os eleitos é que têm que ir à procura da informação. Então nós sabemos as coisas mais depressa pelo jornal. O assunto do "HUB10", eu li no jornal ontem ou anteontem e, portanto, é neste aspeto que qualquer força política que ganhe a Câmara e que continue a trabalhar, que tem que se aperfeiçoar. Depois não nos venham dizer que "morreu o gato", que "fugiu o passarinho" como eu costumava dizer aos meus alunos. Efetivamente este projeto "HUB10", eu acho que podia ter sido melhor conduzido. Para mais, a outra parte que já está feita e malfeita, porque, entretanto, foram lá por as tais grelhas com alcatrão completamente diferente, já foram repor o alcatrão que já está abatido outra vez. Eu sei que a empresa é outra, porque estive a ver ontem. Até estive a ver nas adjudicações no site e espero que a obra seja, bem feita. mas realmente nós na Quinta do Anjo, temos mesmo azar, é isso que eu tenho para dizer."

A Sra. Presidente de Mesa:

"Então tendo terminado, dou agora a palavra, em casa ao Membro da Assembleia, José Carlos Sousa do Partido Socialista por favor."

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:

"Muito obrigado, Sra. Presidente, caríssimos Membros da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Presidente de Câmara, Srs. e Sras. Vereadoras, caríssimos Membros da Assembleia, caríssimos colegas da Assembleia e uma boa noite a todos para um público também, para a comunicação social e para os técnicos que estão em serviço aí no Auditório Municipal de Pinhal Novo.

Duas notas muito breves sobre esta 2ª Alteração Modifica, é uma alteração modificativa que é exatamente o nome, e é esse, modifica, modifica de sessenta e sete ponto "x" milhões para sessenta e sete "x" milhões menos dez mil euros e, portanto, não é uma alteração significativa a esse nível, contudo, tem dois aspetos que me parecem muito relevantes, um deles tem a ver com a questão das Funções Gerais e o Reforço da dotação de ações do projeto «Aquisição e reparação de máquinas e viaturas», quando vi isto pensei que houvesse aqui um investimento capaz, atendendo a tudo aquilo que muitas vezes conhecemos do que é dito nos serviços do município, mas fiquei-me claramente defraudado quando percebi que havia aqui onze mil euros de reforço para este ano, estamos sempre a falar de um orçamento, sessenta e sete milhões de euros.

Depois as duas obras que poderiam aqui também dar algum élan ao Concelho, acaba por ser obras que são mais uma vez tituladas, a Rosa já falou do HUB10, eu sobre o HUB10 não direi muito mais, direi que Sesimbra e Barreiro fizeram a parte deles e que Palmela não fez, e relativamente a este HUB10 é impossível enviarmos o que quer que seja sem que uma programação efetiva, capaz no terreno, que faça um levantamento a todos os níveis, permita que não chegue a um Tribunal de Contas ou onde quer que seja, e esbarre em questões burocráticas, ou questões procedimentais e portanto se esbarra é porque efetivamente não houve a programação necessária e não houve um entendimento necessário de como deveria fazer. Este

é um exemplo do funcionamento do município em muitos casos, enfim, já nem se fala da Vala da salgueirinha, por exemplo, aqui a meu lado, porque não vem aqui hoje.

A outra questão tem a ver com a Ciclop, é uma via que deveria juntar Setúbal ao Montijo, a parte do Montijo está feita a parte de Setúbal estará feita, a parte de Palmela nós não conseguimos encontrar, encontramos aqui um bocadinho no Pinhal Novo, mas depois perdemo-la completamente e, portanto, percebo que esta passagem de quarenta mil euros, a retirada quarenta mil euros do orçamento de dois mil e vinte e um para o orçamento de dois mil e vinte e dois é uma pequena gota daquilo que ainda vai ser retirado claramente até ao fim do ano. Estamos hoje aqui a fazer um preludio da retração da orçamentação da ciclop para este ano de dois mil e vinte e um, eu percebo que o Sr. Presidente não queira agora tirar dali um milhão de euros, percebo isso, politicamente, não lhe fica bem, mas de qualquer maneira, aquilo que vai acontecer em setembro possivelmente será isso e se não o quiser fazer em setembro, pois outros farão com certeza em novembro sem chatice absolutamente nenhuma, agora o que é facto, é que aquilo que estava orçamentado é sendo o que é possível e eu estava aqui a tentar chegar ao dado certo, que eram duzentos e sessenta e três mil euros e agora retira de lá quarenta mil euros. Percebe-se que não se vai conseguir fazer isto desta forma e com estes modelos, esta mobilidade e acessibilidade reparem que tem um ponto quarenta e oito milhões de euros de dotação corrigida e tinha um ponto cinquenta e dois milhões de euros. Portanto, há falta de planificação, mais uma vez, nota-se nesta modificação orçamental, ou desta alteração modificativa, como lhe queiram chamar.

Era só mas de qualquer forma votaremos favoravelmente esta alteração modificativa.

Muito obrigada Sra. Presidente.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigada também.

Agora dou a palavra a Sra. Membro Tânia Ramos.”

A Sra. Tânia Ramos do BE:

“Muito boa noite a todos os presentes, cumprimento na pessoa da Sra. Presidente todos os que estão em presença física, e também todos aqueles que estão através de casa, uma muito boa noite.

Relativamente a esta alteração modificativa, consideramos que se trata dar continuidade à gestão do executivo e por conseguinte aquilo que temos dito ao longo dos anos é que é uma estratégia da maioria CDU e quando estamos a entrar na fase final do atual mandato, lembramos que o Bloco de Esquerda apresentou na Assembleia Municipal propostas ou recomendações à Câmara Municipal no sentido acima de toda aprofundar a resposta do município às populações no que concerne às funções sociais e que não foram acompanhadas pelo executivo liderado pelo Sr. Presidente Álvaro Amaro.

Parece-nos a nós Bloco de Esquerda, aquilo que já foi dito aqui hoje que está muita coisa por terminar, há muita coisa ainda onde se precisa chegar e penso que todos temos dado um contributo mas os orçamentos não refletem o contributo que todos temos tentado fazer chegar e de alguma maneira, enfim, estes orçamentos apresentados são sempre orçamentos apresentados da CDU, mas, apesar disso e de algumas medidas que a Câmara Municipal tem tido e que nós não concordamos, mas que outras concordamos e reconhecemos também que são positivas, mas que mereciam ser aprofundadas, não iremos votar contra esta proposta mas mesmo assim, não merece o nosso voto favorável por isso, a posição da bancada do Bloco de Esquerda é a abstenção em relação a este primeiro ponto.

Disse Sra. Presidente, obrigada.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Obrigada também.

Não vejo nenhum outro pedido de intervenção, pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se quer concluir.”

O Sr. Presidente da Câmara:

Pois, com certeza, Sra. Presidente, eu penso que se impõem esclarecimentos e impõe-se naturalmente um contraditório, porque nós estamos a discutir uma alteração modificativa que fornece às Sras. e aos Srs. Membros da Assembleia, uma informação ultra detalhada com explicações complementares da minha parte, como eu não vejo fazer-se noutras autarquias e ainda assim há aqui algum abuso interpretativo e inverdades nalguns comentários e nalgumas afirmações.

Sra. Membro da Assembleia, Rosa Pinto, atraso no próprio projeto, é falso, se a Senhora quiser peça o processo e consulte-o, não peça é aquilo que fez no ofício que nos enviou que eu vou responder ponto a ponto, coisas que obrigam, por exemplo, a gente também tem de ter a noção daquilo que pede, que obrigam os serviços a parar um mês ou dois só para lhe compilar alguma informação, mas teremos a oportunidade de debater isso.

Não houve atraso no projeto, é bom que quem está nas autarquias e quem pretende ter funções executivas e que é candidato se documente e perceba a contratação pública, e perceba os processos de candidaturas, e perceba aquilo que está implícito e quais são os timings. O projeto do HUB10, começou a ser pré candidatado no final do anterior mandato, foi feita uma candidatura este mandato teve uma aprovação da candidatura, depois da candidatura é feita a elaboração do projeto, fazemos o projeto em duas fases, uma primeira fase foi executada normalmente dentro dos prazos previstos, e uma segunda fase que ficou propositadamente separada da primeira por questões relacionadas com a dominialidade da estrada e da beira da estrada e alguns dos Srs. Membros da Assembleia sabem muito bem que durante anos, se dizia que aquela estrada era da AXL – António Xavier de Lima e como devem calcular todos os processos foram muito bem instruídos.

Na segunda fase do projeto, também tudo correu normalmente e também as empreitadas com concursos desertos que eu acho que os senhores, porque vos dá jeito dizer isto, porque são oposição têm que dizer qualquer coisa, acham que só acontece em Palmela, mas têm que falar com os restantes concelhos no resto do país e das vossas cores políticas.

A obra está adjudicada desde novembro do ano passado e a Senhora se pensa que a instrução do processo do contrato junto do Tribunal de Contas está mal feita, também pode pedir consulta e pode debater a sua visão e o seu conhecimento jurídico com os nossos juristas é porque os Srs. estão a chamar incompetentes a muitos trabalhadores da nossa Câmara, isto não é uma questão política Srs. e Sras. Membros da Assembleia nem é planeamento, os Senhores estão a chamar incompetentes a trabalhadores da Câmara que dão o seu melhor e que são reconhecidos até noutros organismos e noutras Câmaras, como pessoas extremamente competentes.

Senhor Membro da Assembleia, nós enviamos para o Tribunal de Contas quando enviámos outras obras de igual teor que passaram com autorizações para entrar em obra, esta não passou, o Senhor tem que perguntar ao Tribunal de Contas, porquê? Mandamos escrituras, mandamos, não sei quê, falta uma, há jurisprudência, há decisões que prescindiram de coisas, quando é abaixo de zero vírgula zero um do valor da obra, portanto, os nossos juristas conhecem estas coisas todas de norte a sul do país.

Há uma pessoa que obstaculizou, nós só decidimos esta última estratégia de alterar o projeto, teve que ser feita uma consulta, um pagamento, um contrato, para alterar o projecto, em tempo recorde, porque vimos que mais nenhuma estratégia era possível, eu não posso obrigar as pessoas, trata-se de um muro, trata-se de uma coisa de vinte e cinco tostões eu não consigo com uma caçadeira obrigar a... se calhar na Ponte Vasco da Gama é por cima de toda a folha, foi por cima de tanta coisa, mas aqui não foi e, portanto, Srs. e Sras. Membros da Assembleia, eu gostava também que, os senhores têm tanta coisa para criticar o executivo municipal, mas nestas matérias que fossemos um bocadinho mais comedidos e que percebêssemos efetivamente o que é que aqui estamos a falar e eu cabe-me defender a nossa organização, não é a minha cor política é a minha organização.

Não tem de lamentar os cumprimentos dos prazos, porque eles foram cumpridos, foram cumpridos, tivemos aqui um obstáculo, vamos ter a obra este ano Sra. Membro da Assembleia, mais, já é a segunda ou a terceira vez que a senhora fala dos abatimentos das grelhas do alcatrão, a Sra. não está a falar no concelho de Palmela, certamente, então, porque é que traz esse assunto à colação, é que isso começa a ser má fé, isso está num troço que foi feito em Setúbal, nem é no troço de Sesimbra. A fase do município começa na rotunda com a Rua dos Fazendeiros, com outra rua que foi feito em parceria com a Câmara de Setúbal, que dá acesso a unidades económicas e vem por aí abaixo, até à denominada rotunda da Makro e a nossa obra está bem feita, não vi lá anomalia nenhuma, esta semana já lá passei e, portanto, não vale a pena a gente aqui também trazer assuntos desses porque isso começa a ser um bocadinho maçador, desnecessariamente.

Sr. Membro da Assembleia José Carlos Sousa, investimento capaz nas máquinas, etc., eu gosto da sua forma de fazer oposição até já me habituei a ela, eu acho que você é uma pessoa correta, inteligente, etc., mas agora aqui esqueceu-se de ir consultar o orçamento e ver o que é que já temos no orçamento, eu estou-lhe a falar de um reforço, mas no orçamento, nós estamos a adquirir maquinaria, nós temos um concurso a decorrer para mais um veículo de resíduos sólidos urbanos, nós temos concursos a decorrer por Lesing para outra maquinaria e equipamento, e a mexida neste tem que ver com as reparações, felizmente, só preciso de mais onze mil euros, espero não precisar mais até final do ano, mas, às vezes ocorrem incidentes, coisas com hidráulicos de maquinaria pesada, coisas com eixos etc., que são reparações caríssimas, então o Senhor agora está a comparar esta questão dos onze mil e tal euros com as reparações, tudo o resto até são centenas de milhares de euros este ano, e para os anos seguintes, precisamente, a candidatura foi aprovada, nós vamos ter que meter setenta por cento do valor para este novo desígnio dos biorresíduos "ah pois, e tal, ah pois", mas isto do ambiente sai muito caro, ah pois, que afinal, não são os apoios que são propagandeados dão mais dinheiro para a aplicação informática dão mais percentagem do que dão para o veículo, que é aquilo que custa muito dinheiro e, portanto, eu também não percebo como é que diz que o investimento é pouco capaz, e que, porque tem que consultar entretanto, aquilo que está a ser feito e aquilo que já está no orçamento municipal, o senhor também falou aqui do Barreiro que fizeram a parte deles no HUB10. Barreiro, infelizmente, sob a gestão do Partido Socialista abandonou o HUB10, percebe? A Rua dos Fazendeiros está lá a espera que Barreiro venha ao nosso encontro, fica com esta informação e quem está no HUB10 neste momento, é Setúbal, Sesimbra e Palmela e Sesimbra também ainda está a fazer o HUB10 ao lado da nacional e a caminho do eixo na Quinta do Conde/Quinta do Peru. Setúbal só fez ali um pequeno eixo, Palmela tinha a fatia de leão, só esta segunda fase são quatro quilómetros, quatro quilómetros de estrada, quatro quilómetros de ciclovía, com caixas para transportes públicos, com drenagem pluvial, com um sistema elaboradíssimo de poços de infiltração, porque ali deram cabo das linhas de água, um projeto elogiado felizmente, pelo Senhor Primeiro-Ministro que me acompanhou numa visita à Introsys e que felicitou o município por ter conseguido aprovar uma candidatura em torno da mobilidade e dos transportes que acaba por reabilitar um eixo rodoviário importante de distribuição para quem utiliza e trabalha naquelas empresas.

Ciclopset, eu acho que também o Sr. tem de se informar o que é o Ciclopset, o senhor fala do Montijo, o Ciclopset é uma coisa muito mais vasta, até liga a outros concelhos, e o Ciclopset está no "Portugal 2030" a fazer até trinta e o senhor se for ao "Portugal Ciclável" e ao "Portugal 2030", vá lá ver qual é o projeto com melhor referência e como estudo de caso, consultem é um documento elaborado por organismos do Governo e o senhor vê o elogio que é feito ao ciclopset e nós temos o projeto que teve na semana passada um parecer favorável condicionado das infraestruturas de Portugal, que não quer uma ciclovía continua até Setúbal no eixo entre a Cubata e a entrada da Quinta Tomás Dias, apesar de nós termos ali solução, não quer, obrigam-nos a alterar o projeto, fica com esta informação, assim como também por causa de uma passadeira voltou, onze meses depois a pedir alterações ao projeto do eixo entre Quinta do Anjo e Cabanas, mas vai avançar.

Eu espero, o senhor que diz que nós vamos mandar mais dinheiro para a frente e que não vamos fazer a obra etc., etc., eu espero que depois podemos fazer essas contas e nessa altura, ou o senhor ou eu espero que haja possibilidade de alguém se retratar e espero que não seja eu.

Falta de planificação, só por desconhecimento, Srs. Membros da Assembleia, desconhecimento, sobretudo daquilo que se passa neste espartilho, nesta força centrífugadora que são os pareceres das entidades que nos pedem desculpa e sabe, porque é que nos pedem desculpa, porque eles sabem que nós temos razão,

eu já responsabilizei as Infraestruturas de Portugal se nós perdermos o financiamento de alguma candidatura destas, que vou até às últimas instâncias. Pedem-nos desculpa porquê, porque não têm funcionários para dar parecer a tempo e horas, porque são poucos, é aquilo que nos dizem todos os dias, se nós não andamos mais depressa, é porque alguém também não está a colaborar e é bom que fale com autarcas de outros concelhos, seja da Área Metropolitana, seja de outros concelhos em particular, da AML para se perceber que qualquer coisa que nós queiramos fazer e, sobretudo, quando temos linhas férreas, estradas nacionais, redes elétricas nacionais, grandes gasodutos, atravessa tudo no nosso território, nós temos que pedir licença ao Papa para fazer qualquer coisa, mas, mesmo assim, temos estado abençoados, porque estamos a fazer muito e vamos fazer.

Tânia Ramos do Bloco de Esquerda, a sua intervenção não expôs nenhuma questão em concreto, falou de questões genéricas, não vou aqui retorquir, mas creia que, sobretudo, estamos de consciência tranquila o nosso orçamento reflete as nossas opções, são opções que integraram também propostas que são faladas por vários partidos, entre os quais V. Exa. ao longo dos anos, a não ser que não concordem com algumas destas obras e de alguns investimentos e acho que este orçamento e estas alterações visam precisamente não criar obstáculos à concretização e ao desenvolvimento de alguns processos e, portanto, deverá ter o acompanhamento por parte de V. Exa. para não haver mais entraves.

Disse.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Obrigada Sr. Presidente.

É para interpelar o Sr. Presidente da Câmara sobre alguma questão? Isto é sobre a questão?

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

“Ora na última Assembleia, eu fiz aqui uns comentários sobre o trabalho não feito do pelouro de um Sr. Vereador e o Sr. Presidente veio dizer que ele não estava cá para falar em defesa da honra, agora sim é que eu vou falar em defesa da honra, Sr. Presidente, porque a outra vez era trabalho, não era defesa da honra coisa nenhuma. Nós podemos vir para aqui dar uma aula de qualquer coisa, eu não venho aqui como advogada, venho como eleita pela população, e não retiro nenhuma das palavras que disse, independentemente do Senhor me ter acusado de má fé. Isso é uma coisa que iremos discutir depois noutras ocasiões. Não estou de má fé, estou de boa fé e com constatações exatas Sr. Presidente, porque o Sr. nessa altura era Presidente da Junta de Pinhal Novo e talvez não soubesse o que se passava na Quinta do Anjo e as promessas que foram feitas. E como é que o Sr. me justifica esta entrada da Coca-Cola, se era então propriedade de uma empresa e da dominialidade dos proprietários, como é que a Câmara anda há vinte anos a fazer lá intervenções mormente ao nível do alcatrão? Então era “fazer filhos em mulheres alheias”, Sr. Presidente. esta questão já existe há mais de vinte anos, quem é o proprietário, quem não é o proprietário, e eu estou cá desde essa altura e assisti a muitas Assembleias Municipais e era na altura o Presidente Carlos Sousa e, portanto, não é má fé. Eu sei o que é que estou a dizer e não é o Sr. que me vem ensinar aquilo que talvez o Sr. não saiba.

É só o que eu tenho para lhe dizer.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto, desculpe qualificar, mas acho que a sua intervenção não acrescentou naturalmente, tem liberdade para o fazer, mas não acrescentou.

O Sr. Membro da Assembleia José Carlos de Sousa está a pedir a palavra sim?

O Sr. José Carlos do PS:

“É uma coisa muito rápida só para tentar esclarecer o Sr. Presidente de Câmara.

Primeiro a questão dos onze mil euros eu só trouxe aqui porque o Senhor se referiu a ela de uma forma efusiva e, portanto, como se referia aos onze mil euros de uma forma efusiva eu tive que nas minhas notas, essa essa intervenção sobre a alteração modificativa não entrava, logo quando o via falar de onze mil euros como se tivesse a falar de onze milhões de euros, achei interessante, muito interessante, eu sei quanto é que há, essas coisas leio tudo sabe, tenho este vício de ler os documentos feitos pelo município, digo antes, brilhantes trabalhadores do município e, portanto, conheço isso tudo.

A minha intervenção é que não posso aceitar que o senhor diga que nós estamos, nós, eu, estou a chamar incompetentes aos trabalhadores do município, eu percebo que politicamente lhe seja favorável isso, aliás, o Senhor acabou na altura agora das medalhas de atribuir uma série de medalhas que enaltecem a dedicação dos colaboradores, mas não foi nada disso que eu pessoalmente disse, sobre o que a Rosa disse eu não faço nenhum comentário. Os trabalhadores são o espelho dos autarcas ou têm que ser e, portanto, os incompetentes não podem nunca ser os trabalhadores, os incompetentes terão sempre que ser que dirige e esses são os autarcas e por favor não me venha dizer: “pergunte ao Tribunal de Contas”, eu não tenho que perguntar ao Tribunal de Contas, eu sou Membro de uma Assembleia Municipal, pergunto a si enquanto titular do órgão máximo...”

O Sr. Presidente da Câmara:

“Se o Senhor não aceita a minha resposta e põe-na em dúvida, pergunte a outra instância.”

O Sr. José Carlos do PS:

“Sr. Presidente, claro que eu não ponho em dúvida a sua resposta, eu sei é que a sua resposta é balizada por uma prespetiva que o Senhor tem de que tudo lhe corre mal, acabou de dizer “Graças a Deus vamos fazer” é uma coisa que na sua boca é uma coisa inaudível, vou gravar esta sessão, claramente só para ouvir essa parte do “Graças a Deus”, portanto, eu acredito em si, agora o que é facto é que o senhor não pode sistematicamente ser o “calimero de Palmela”, tudo lhe corre mal, não pode alguma coisa não está a funcionar em pleno para que isso aconteça e também não me peça para ir falar com o Montijo, para ir falar com Setúbal e para ir falar com Sesimbra, eu tenho que falar com o Senhor, é o Senhor que é representante dos municípios de Palmela, que foi eleito e é o Senhor o principal responsável por aquilo que se passa de bom, e de menos bom, há uma força centrífugadora, disse o Senhor, ainda bem que há uma força centrífuga não é uma força centrípeta se não ficávamos todos esmigalhados, sabe porquê? Porque na sua Câmara Municipal, na Câmara que o Senhor dirige também se queixam de falta de funcionários veja lá o drama que é haver falta de funcionários no Poder Central é idêntico, porque é que nós entregamos materiais nos seus serviços e demora tempos a serem resolvidos.

Há aqui questões que são horizontais ao país e o senhor é um rosto desta organização não pode, de maneira nenhuma, dizer e eu percebi que estive a falar mais para a Rosa Pinto e não tanto para mim, mas a questão dos incompetentes, chamarmos incompetentes aos trabalhadores da Câmara, não lhe fica nada bem, claramente.

Era só Sra. Presidente, muito obrigado.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Sr. Presidente, vamos continuar.

Não há outros pedidos de intervenção.

Relativamente a esta proposta do ponto um da nossa ordem de trabalhos, a “2ª Alteração Modificativa ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano”, vamos votar.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e cinco votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, 1 do MIM e 1 Independente-Mário Rui Baltazar) e cinco abstenções (três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

A Sra. Presidente da Mesa:

“Senhor Presidente da Câmara, sobre o ponto dois por favor.”

PONTO DOIS – Aprovação Acordo relativo ao funcionamento do exercício pela Área Metropolitana de Lisboa das suas competências de autoridade de transportes

O Sr. Presidente da Câmara:

“Muito obrigado Sra. Presidente trata-se então da aprovação do acordo relativo ao financiamento do exercício pela Área Metropolitana de Lisboa, das suas competências de autoridade de transportes, considerando que a Área Metropolitana é competente para a exploração do serviço público de transporte de passageiros desde logo nos termos da legislação aqui aduzida, no que toca ao serviço público de transporte intermunicipal que se desenvolve integral ou maioritariamente na sua área geográfica e ao serviço público de transporte Interegional cuja competência é já assumido na sequência do contrato celebrado com outras autoridades de transportes.

O Município de Palmela delegou nesta entidade as suas competências, enquanto autoridade de transportes do serviço público municipal passageiros, mediante a celebração, em dezoito de maio de dois mil e dezanove, do contrato interadministrativo de delegação de competências.

Estas competências (próprias e delegadas) na AML são exercidas em parte através de quatro contratos de serviço público já outorgados, com quatro operadores privados selecionados através de concurso público para exploração de uma rede de transporte público de passageiros, que compreende linhas inter-regionais, linhas intermunicipais e linhas municipais.

Nos termos um dos Contratos de Serviço Público, estes contratantes operadores assumirão previsivelmente a operação do serviço público de transporte durante dois mil e vinte e dois, não antes do segundo trimestre desse ano, o que, por seu turno, determina que o termo dos Contratos de Serviço Público venha a ocorrer durante o ano de dois mil e vinte e nove.

A comparticipação dos municípios integrantes na AML no financiamento do exercício por esta das suas competências prevê-se que atinja um valor global de trinta e um milhões duzentos e vinte e cinco mil e seis euros e, para dois mil e vinte e um e seguintes, este valor era para dois mil e vinte, e para dois mil e vinte e um e seguintes, um valor de financiamento adicional de onze milhões novecentos e seis, quinhentos e setenta e sete euros, de acordo com os critérios e deliberações do Conselho Metropolitano.

À semelhança do que sucedeu nos orçamentos de Estado de dois mil e dezanove e dois mil e vinte, e também a Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para dois mil e vinte e um, está estabelecida a atribuição à AML, por dedução das transferências de cada um dos municípios que a integram, dos recursos financeiros necessários ao desempenho das suas funções de autoridade de transportes, estabelecendo, para dois mil e vinte e um, o montante total de transferências de trinta e um milhões duzentos e vinte e cinco mil e cinco euros e fixando a sua repartição por município, em termos coerentes com o deliberado pelo Conselho Metropolitano.

A Área Metropolitana deve agora assegurar a estabilidade e a garantia dos meios de financiamento necessários em termos plurianuais durante a vigência do Contrato de Serviço Público atendendo às obrigações neles assumidos perante os respetivos cocontratantes.

A capacitação financeira da AML é, por força da legislação, também aqui aduzido e uma consequência da delegação de competências nesta entidade por parte do Município de Palmela, materializada na celebração do contrato interadministrativo de delegação de competências.

O Município, por integrar a AML, tem ainda obrigação de contribuir para as despesas desta que não sejam suportadas em outras fontes de financiamento, nos termos a deliberar pelo Conselho Metropolitano.

Nestes termos o que se propõe é que a Assembleia Municipal autorize, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 21º do RJAL, a celebração de acordo relativa ao financiamento do exercício pela Área Metropolitana de Lisboa das suas competências enquanto autoridade de transportes, a celebrar entre esta e os municípios que a integram e que nela delegaram competências nos termos dos contratos interadministrativos de delegação de competências outorgados em dezoito de maio de dois mil e dezanove.

Entende-se também submeter à autorização da Assembleia Municipal, da despesa e dos compromissos plurianuais associados à celebração do referido acordo, com a repartição de encargos e compromissos que constam no quadro referido na proposta.

Em dois mil e vinte e dois, dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro, dois mil e vinte cinco e também nos anos seguintes até dois mil e vinte e nove, estamos a falar de uma comparticipação do município de um milhão seiscentos e cinquenta e seis mil e quinhentos e setenta e sete euros por ano.

Em dois mil e vinte e em dois mil e vinte e um, as comparticipações do município têm andado à volta de um milhão duzentos e cinquenta e sete, ora a que se deve este acréscimo, este acréscimo deve-se, de facto, também ao aumento da oferta. Como já é público, uma oferta que ultrapassa os cento e quarenta por cento, a mais do que a existente, de uma maneira geral, todas as propostas que o município fez de carreiras que eram as mais reivindicadas em todas as freguesias, elas estão contempladas, há pormenores que ainda estão a ser aferidos, haverá uma segunda fase que tem a ver com a colocação também de abrigos etc., etc., e portanto, também os autocarros, a empresa é outra, os autocarros são menos poluentes, etc., etc., e há este acréscimo de comparticipação, nós pensamos que é um investimento que se justifica em torno de uma melhor mobilidade e serviço de transportes para os nossos munícipes de todos os locais, que é um importante contributo para a coesão territorial e também para os desafios ambientais.

Disse Sra. Presidente.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Obrigada Sr. Presidente.

Caras e caros Membros da Assembleia, questões por favor, intervenções que queiram fazer?

Tem a palavra o Sr. Membro da Assembleia António Godinho e em sala a Membro da Assembleia Rosa Pinto.”

O Sr. António Godinho do PS:

“Obrigado Sra. Presidente, saúdo na sua pessoa todos os presentes e os que acompanham os trabalhos em modo on-line.

O Partido Socialista apoia a proposta apresentada pois a mesma insere-se na política que defendemos de trazer para o poder local, tudo o que envolve diretamente a vida das populações dos municípios.

Acresce que esta foi uma das decisões do Partido Socialista, enquanto governo, que mostra que o Estado não tem de ser apenas um cobrador de impostos. Esta decisão, em boa hora tomada, veio dar aos cidadãos, num momento difícil, alguma ajuda financeira que lhes trouxe algum conforto.

Contudo, no que diz respeito ao serviço público de transporte de passageiros, fica algo por fazer que entendemos útil ao nível concelhio. Trata-se da criação de um transporte exclusivamente escolar, que, num caso como o que vivemos, evitaria contactos promotores de contágios. Por outro lado, reduziria o tempo de demora no percurso casa/escola/casa (em alguns casos o tempo de percurso é superior a uma hora).

Disse.”

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada.

Em sala, dou a palavra ao Membro Carlos Oliveira que não falou, embora eu não tivesse visto logo o seu pedido e a seguir então a Rosa Pinto novamente."

O Sr. Carlos Oliveira do BE:

"Boa noite a todas e a todos, obrigado Sra. Presidente por me permitir fazer uma intervenção ainda que breve, de que vou basicamente fazer algumas questões sobre este documento ao Sr. Presidente.

Muito se fala da nova concessão, mas pouco se sabe e o Sr. Presidente já falou aqui do acréscimo em percentagem de cerca de mais cento e quarenta por cento em relação àquilo que atualmente está no terreno, mas a informação em concreto, que linhas, qual é a rede que vai vigorar a partir da implementação desta nova concessão ainda pouco se sabe ou mesmo nada se sabe e eu queria aqui perguntar Sr. Presidente se tem mais dados para nos fornecer em relação à expansão desta rede do Município de Palmela.

Outra questão também direta tem a ver com o mini autocarro do Centro Histórico de Palmela. Sr. Presidente, eu gostaria de saber se este serviço que é totalmente dado pelo Município se vai integrar a nova concessão de transporte público rodoviário no Concelho de Palmela, e se não, quais são as razões para que isso aconteça?

Depois queria também saber, em termos de um circuito urbano do Pinhal Novo, porque é que se está a apostar ou porque é que, em vez de se replicar aquilo que foi feito em Palmela, não se adotou a mesma resposta aos moradores e residentes da Freguesia do Pinhal Novo e da Vila do Pinhal Novo com o circuito urbano.

E é tudo."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada.

Agora convido a Membro da Assembleia Rosa Pinto."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Ora não querendo chamar incompetente a ninguém, porque efetivamente em todas as funções, em todas as organizações, há gente competente, menos competente e incompetente, e também nos executivos e em todo o lado, mas isso não me cabe a mim estar a fazer essas avaliações como o Sr. Presidente faz e pôs na minha boca palavras que eu não disse, a isso cabe aos cidadãos, o direito de votarem em quem muito bem acham, porque ainda não estamos na Bielorrússia ou em países equiparados..."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Sra. Membro da Assembleia, dei-lhe a palavra para falar deste ponto da Ordem Trabalhos."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"E é sobre a ordem de trabalhos, a liberdade de expressão para mim é expoente máximo e sempre a usarei e não me calarei quando terei que falar, é isso que eu tinha para dizer.

Relativamente a esta proposta confesso aqui perante todos que não tenho especialidade em transportes. No entanto, analisando o contrato que me estão aqui a dar para votar é um contrato em que há transferência de montantes calculados por alguns critérios, nomeadamente o território. O nosso é extenso, temos logo aí um grande contributo. Território, número de pessoas. Aqui também teria que haver um critério que é a falta de transportes nalguns concelhos e outros que já estão grandemente beneficiados. Já aqui numa Assembleia

Municipal tinha pedido alguns esclarecimentos ao Sr. Presidente e ele na altura não foi propriamente uma promessa, mas disse que informaria quando tivesse mais detalhes. Nós aqui não temos detalhe nenhum é o contrato, é um contrato para a transferência dos montantes e efetivamente Sr. Presidente, politicamente e isto sou livre de expressar a minha opinião pública sobre esta proposta e política, acho que tinha ficado bem o senhor ter-se reunido, se não quisesse com todos os eleitos com alguns elementos de cada bancada, até podia não ser eu, podia haver outra pessoa mais especialista em transportes. E embora o senhor não saiba ainda a versão final da proposta, porque como diz há aí acertos a fazer de alguns dinheiros, a verdade é que estamos a transferir ou dar autorização para a assinatura, sem termos as necessárias autorizações, não me oporei claramente, mas fico sentada à espera de ver qual é a solução para as freguesias, sobretudo para as freguesias periféricas onde não há praticamente transportes e as pessoas têm que pedir aos filhos e aos familiares e às Juntas para serem transportadas.

E é só Sra. Presidente.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Sr. Presidente da Câmara, pergunto que quer esclarecer algumas questões colocadas.”

O Sr. Presidente da Câmara:

“Sra. Presidente, nós estamos a discutir uma matéria que fico com a sensação da parte de algumas intervenções que aqui ouvi, que parece que isto é novo e que não sabemos objetivamente o que é que estamos hoje aqui submeter à apreciação da Assembleia Municipal. Esta Assembleia Municipal aprovou por unanimidade a delegação de competências na Área Metropolitana para este efeito, aprovou por unanimidade a nossa adesão a todo este processo, já percebeu que ele é vantajoso no bolso das famílias, das empresas e das pessoas que utilizam transportes e, portanto, nós estamos a dar sequência a isso, assumimos um compromisso isto não tem volta para andar para trás e sabíamos que se queríamos mais serviço e se temos um serviço num concurso baseado nos quilómetros feitos, não é pelo número de transportados é pelos quilómetros feitos, porque haja muitos ou poucos dentro do autocarro a despesa é a mesma e, portanto, se nós vamos ter o município que tinha pouco, naturalmente vai ter muito mais do que os outros aumenta muito mais é o que tem o maior percentagem de aumento de carreiras e de quilómetros isto deve significar alguma coisa, é óbvio que a nossa comparticipação aumentaria. Não percebi aqui algumas questões, e não tinha que reunir nem deixar de reunir se os Srs. também se têm dúvidas colocam-nos aqui, mas colocam as dúvidas objetivamente são dúvidas, porque, se calhar, houve aqui falta de tempo para preparar bem as coisas. Depois, também quero aqui recordar que nós estamos aqui num órgão que é político, temos de falar abertamente destas matérias.

A questão da criação de um passe social Intermodal, não é da iniciativa de nenhum Governo, nem foi esta questão do Navegante e deste sistema de transportes, não é uma iniciativa do Governo do Partido Socialista, Sr. Membro da Assembleia António Godinho e, portanto, tem que falar até com o Presidente Fernando Medina, que sabe muito bem que esta matéria foi sempre defendida e proposta por outras forças políticas, nomeadamente pelo PCP na Assembleia da República e que o atual Secretário Metropolitano, enquanto Presidente do Conselho Metropolitano, também foi pioneiro neste processo e o Governo limita-se a fazer uma coisa na sequência dum Governo anterior que criou um regime *“epá, sim senhor vocês querem mandar nisto e tal, querem mais transporte então tomem lá e paguem-nos”* e afinal, o Governo até tem estado a apoiar muito pouco este sistema, o Governo criou um programa de apoio à redução tarifária que mantém os mesmos milhões, que têm de ser quase que votados de ano a ano, veja bem a nós obriga-nos a assumir já um compromisso até vinte e nove, mas nós ficamos à espera que o Governo todos os anos no Orçamento do Estado ponha lá verba para o *“PART - Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos”*, quero que saiba que todos os municípios de todas as cores políticas consideram que, apesar de sabemos que este é um desígnio e que tem grandes vantagens no ambiente, na mobilidade, etc., etc. e portanto, vamos a jogo, mas está a ser pedido um esforço maior aos municípios do que aquele que devia ser pedido ao Governo, porque o valor do *“PART”* não aumenta e apenas tem servido para manter os passes um pouco mais baratos.

Eu quero dizer-lhe que defendo inclusivamente que no futuro, possa haver, não é uma maior redução tarifária, mas é mesmo que alguns setores tenham completamente o passe e o acesso aos transportes públicos a custo zero, já assim fazemos para as crianças até doze anos, mas queremos ir mais além, mas isso são questões de cada força política que serão discutidas a seu tempo.

Feita esta questão de enquadramento que me parece justa, sobre as questões das carreiras, das linhas, etc. eu prefiro pôr ao contrário, é que, eu quero aqui dizer aos senhores que primeiro existe um Conselho Municipal de Mobilidade, todos estes assuntos foram lá discutidos, houve na semana da mobilidade, um convite a todos, a V. Exas. para estarem numa apresentação sobre esta matéria, eu penso até que o Bloco de Esquerda esteve, foi das poucas forças políticas que nos deu o privilégio de estar presente e houve candidatos e outras coisas, mas Srs. e Sras. Membros da Assembleia, digam-me "*a carreira tal vai existir?*" "*vai existir uma ligação entre Marateca e Poceirão?*" vai, "*vai existir uma ligação até à Loja Nova?*" vai, aliás há várias e algumas até vêm das Faias, "*vão à Estação de Palmela?*" sim, quando vem de Setúbal há carreiras que passam a ir à Estação de Palmela entre o Padre Nabeto, Aires, vêm a Palmela, vão ao Centro de Saúde de Palmela, há uma que começa e acaba no Centro de Saúde de Palmela? Há! Da Quinta das Flores que é muito reivindicada, Olhos de Água para o Pinhal Novo? Há! Há da Quinta das Flores para Quinta do Anjo? Há! Há da Penalva para a Quinta do Anjo e vice-versa? Há! Eu estou a dar alguns exemplos, que vai haver transportes na estrada do "HUB10"? Que não têm? Vai haver. Vai haver nos bairros? Sim senhor, ligações à sede de freguesia e não só, vai haver mais carreiras entre Bairro Alentejano diretas que já existe, mas é suportada pelo município direta do Bairro Alentejano a Palmela passando por Quinta do Anjo, já existe foi uma vitória do município, mas, por enquanto, estamos a pagar tudo isto e outras questões.

Depois, o que está ainda a ser estudado é outra capilaridade que é quase o sistema do transporte flexível, mas eu não sou como algumas forças políticas ou algumas pessoas que acham que percebem disto, que andam a prometer aos cidadãos transportes em táxi à porta de casa, não, estas questões estão estudadas, estão estudadas por técnicos por especialistas na área dos transportes, foram ouvidas as Juntas de Freguesia foram ouvidas todas as propostas que nós conhecemos há dez anos de reivindicações desta e desta ligação, está lá de tudo talvez por isso, nos custe muito caro, mas está lá tudo.

Quando eu digo que vai haver afinações, nós esta semana estivemos a trabalhar uma coisa só que tem o número das carreiras, a gente quase tem que... a gente é que já conhece bem o território, pelo menos conheço-o como as minhas mãos, sei o nome das ruas todas, já dizem que eu sou o "*Botas*" que era um indivíduo do Pinhal Novo, que sabia as matrículas todas e eu já sou um bocadinho viciado nisso. Mas tivemos com os nossos técnicos e a Sra. Vereadora a ver pormenores, precisamente de alguns desvios e de algumas coisas que queremos que fiquem contempladas, são dúvidas que os técnicos da AML nos colocam, "*mas vocês querem mesmo isto assim*" é que quem ganhou o concurso vai começar a fazer a rede só nessa altura é que nós, os Senhores querem que vos dê os horários e os percursos não consigo, nem eu nem a AML, nem ninguém, o contrato é feito quilómetro e estão lá milhares e milhares de quilómetros para o Concelho de Palmela, a rede está a ser tecida, mas garanto-vos que aquilo que todas as vezes, os senhores, nós, como legítimos representantes dos cidadãos, aqui trouxemos e nós batemos como carreiras necessárias está, ligação a Algeruz, Brejos do Assa que não tem ligação a Palmela, tudo, está tudo.

Questões concretas, apresentadas pelo Sr. Membro do Bloco de Esquerda, circuito do Centro Histórico não pode existir, circuito do Centro histórico é obrigatório estar dentro da Área Metropolitana de Lisboa. Pinhal Novo, eu penso que expliquei isto já há uns anos, o município foi inclusivamente ameaçado com uma multa choruda pelo IMT, por causa de ter o circuito urbano fora disto, porque não podemos nem ser Autoridade de Transportes, nem podemos adquirir serviços ou subconcessionar, fomos juridicamente bem acompanhados e percebemos que conseguimos, felizmente que, antes desta concessão, os TST a introduzissem sem custos para o município, mas dentro já na lógica da concessão, aqui utiliza-se o passe Navegante, o passe estudante, as crianças não pagam até aos doze anos e os outros têm um passe mais barato etc., etc., e os idosos também têm o passe mais barato e, portanto, conseguimos que os TST integrassem isso porque o circuito urbano quiseram acabar com ele num prolongamento de duas outras carreiras escolares que vinham com uma, duas crianças do Vale do Alecrim até à Carregueira e hoje esse circuito está com o mesmo número dessa carreira, legalmente só podia ter esse número e faz o circuito no Centro da Vila também e fazem-se transportes.

Nós não podemos manter o serviço no Centro Histórico, porque não somos operadores e estamos a passar um bocadinho ali nas curvas, a tentar justificar, inclusivamente, que foi há muitos anos, uma candidatura etc., etc., mas, de facto, neste momento a candidatura já acabou, o autocarro já não existe, na prática para nós estamos a fazer um transporte escolar que acaba por ser é ao contrário, há transportes públicos em que entram os miúdos dos transportes escolares e nós ali estamos a fazer um transporte escolar que é aberto aos idosos e outras pessoas do Centro Histórico, mas vai passar a estar integrado na concessão porque é de lei e é obrigatória.

O Estado português criou este sistema, é um sistema de concessão e quem ganha cobre o território, não posso ser o operador de transportes e ter uma concessionária, não é possível, isto é claro em termos jurídicos e, portanto, no Pinhal Novo não se pode fazer a gratuitidade sequer, nem podíamos ter como estávamos a procurar fazer uma aquisição de serviços e a solução foi esta e, por acaso, enfim, a gente às vezes, zanga-se com as operadoras e com os TST mas aqui eles foram de uma grande abertura para integrar já isto no sistema do Navegante e no serviço integrado, fica aqui este esclarecimento com toda a transparência.

Disse Sra. Presidente.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Obrigada Sr. Presidente.

Julgo que está mais claro para todos.

É sobre este tema concreto e as explicações do Presidente agora?

Sim diga.”

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

“Ora bem, com a promessa do Sr. Presidente, desses transportes, todos que vimos pedindo ao longo dos anos e que estarão assegurados votaremos favoravelmente este contrato, no entanto, o que eu há bocado referi, é certo, cabia-lhe ter-nos dado mais informações sobre a proposta da Câmara à AML.

O Sr. Presidente da Câmara:

“Não estamos a votar as linhas, Sra. Membro.”

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

“Era o esclarecimento que eu agora pretendia aqui na página quatro, alínea h), quando eu referi que havia três variáveis com igual peso; área, população, receita média dos anos de dois mil e quinze a dois mil e dezassete e ainda a consideração de um teto máximo de comparticipação da média da receita total entre dois mil e quinze a dois mil e quinze e dois mil e dezassete, o de vinte euros por habitante, é neste aspeto que Palmela com uma grande extensão de território tem que dar uma comparticipação superior face a outros concelhos com mais população e mais transportes.

Eu estive aqui a ver o mapa muito similar. Agora o que eu digo é se isso for em benefício da população para haver esses transportes todos, que o senhor aqui confirmou, então vamos a isso.”

A Sra. Presidente da Mesa:

Senhores Membros da Assembleia, alguma questão mais Sr. Presidente da Câmara?”

O Sr. Presidente da Câmara:

“Só um pequeno comentário e esclarecimento, Sra. Presidente peço desculpa.

De facto o modelo de financiamento a que se chegou, não julgue V. Exa., que nós ficámos completamente confortáveis, porque nós investimos muito mais por habitante do que a Amadora, a Amadora tem todos os transportes à porta, tem dezenas de milhares de pessoas que utilizam os transportes públicos diariamente, e a Sra. vê quanto é que eles participam.

Exatamente, e eu, estou a confirmar e aqui, de facto, a extensão do nosso território obviamente também obriga o operador é menos gente, é menos rentável, são mais quilómetros isto iria significar um custo acrescido, mas nós precisamente, porque ainda assim consideramos que há vantagens para servir melhor a nossa população em termos de transporte e mobilidade, achamos que os critérios que foram consensualizadas entre os municípios, isto é uma discussão de muitos anos, acabam por ser equilibrados e vale a pena, e oxalá possamos depois fazer uma avaliação positiva daquilo que vai existir no terreno e eu faço votos e quando digo que vai haver afinações, há pois vai, passado seis meses a um ano, têm de haver afinações, não sei se tem noção disto, mas é que eu já experimentei coisas destas feitas até de uma forma amadora, que assumo quando experimentei circuitos no Pinhal Novo é que se não houver é que as pessoas hoje querem o transporte, mas depois não utilizam e se não houver utilizadores para os transportes nós temos de rever isto tudo, e nós estamos num concelho com uma dispersão com mais aglomerados populacionais dispersos e de reduzida dimensão do que qualquer outro e, de facto, vai ser um exercício muito complexo, procurar a capilaridade, mas aí é que nós depois estaremos disponíveis para discutir o transporte flexível, também fizemos um estudo sobre isso, investimos vinte cinco mil euros num estudo sobre essa matéria antes da AML ter este sistema, mas que serviu de inspiração para a AML perceber os territórios de baixa densidade, porque tirando nós e Mafra mais nenhum concelho tinha estas especificidades.

Ora, nessa altura, possivelmente, poderemos defender que para algumas zonas possa haver outro tipo de Autoridade de Transporte ou outra modalidade de transporte, porque nalgumas matérias, isto já aconteceu, isto foi experimentado o transporte a pedido de um Município do centro do país aí há dez anos, já acabou nalguns sítios e noutras sítios acabaram com o autocarro e sabe o que é que fazem hoje? Utilizam o táxi sai mais barato. Este é um dos passos mais significativos, é uma revolução gigantesca que houve já nos transportes e que vai haver, vai mobilizar recursos dos municípios e que vale a pena experimentar e agora esperemos que as pessoas, de facto, prescindindo do transporte individual, utilizem o transporte coletivo.

Disse.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Obrigada Sr. Presidente.

Caros Membros da Assembleia, vamos votar esta proposta.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, um do MIM, dois do BE e um Independente- Mário Rui Baltazar).

A Sra. Presidente da Mesa:

“Passamos então ao ponto seguinte, Sr. Presidente se quiser introduzir.”

PONTO TRÊS – Operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Palmela e de Pinhal Novo – Relatório de monitorização 2020

O Sr. Presidente da Câmara:

“Obrigado Sra. Presidente.

Trata-se do relatório de monitorização de dois mil e vinte da ORU - Operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Palmela e Pinhal Novo, estão em vigência as operações de reabilitação destas duas áreas é uma operação do tipo simples, foram definidas as respetivas estratégias aprovadas nesta Assembleia e nos termos do enquadramento legal aplicável, cabe à entidade gestora, neste caso o município, nos termos das “ORUS” aprovadas, elaborar anualmente um relatório de monitorização que deve ser submetido à apreciação da Assembleia e que, após essa apreciação, deve o mesmo ser objeto de publicação no site do município, em consonância com a deliberação deste órgão.

Procurando monitorizar o seu desenvolvimento e execução, face aos objetivos definidos, bem como identificar a dinâmica dos privados em função dos incentivos à reabilitação, e determinar potenciais ajustes com vista à melhoria da implementação da Operação de Reabilitação aprovada, é apresentado o relatório referente à execução de dois mil e vinte.

Alguns tópicos do relatório que julgo que V. Exas. terão tido oportunidade de perceber todo o enquadramento cronológico desde dois mil e quinze à presente data, o que foi feito, que implicou um trabalho muito aturado de alterações a regulamentos municipais, obviamente, os regulamentos foram também aprovados neste órgão deliberativo, depois em termos de operacionalização foram desenvolvidas várias ações, que também constam nas páginas seis e sete, foram reorganizados serviços funções, etc., para dar uma resposta mais qualificada aos pedidos de esclarecimento, de informação e de instrução dos próprios processos. Procedeu-se também à revisão dos regulamentos e depois já na parte final, à Estratégia Local de Habitação e estas operações das Áreas de Reabilitação Urbana implicaram mais uma vez, um conjunto de mexidas nos regulamentos municipais sejam de taxas, sejam edificação etc, e urbanização.

Tratou-se também de fazer várias ações de formação e de esclarecimento, todas elas públicas e de livre acesso, outras com pré-inscrição, mas ainda assim de livre acesso, e fizemos também algumas campanhas de divulgação, foram definidos procedimentos, prazos de execução, e grau de priorização associados a agilização procedimental, procurámos criar uma via verde para este tipo de processos de uma maneira geral, foram sendo identificados alguns problemas e eles são aqui ditos com toda a clareza e transparência, ainda assim, verificaram-se no cumprimento deste compromisso da via verde algumas questões que podemos melhorar, mas, como estão a ver, não houve grande de dilação nem grande atraso, uma média de cinco vírgula catorze dias, houve também nalgumas consultas entre sete a trinta dias para as respostas chegarem e, portanto, neste capítulo estes processos, como eu costumo dizer, foram de uma maneira geral bem acompanhados e levados ao colo, também não eram muitos, mas, ainda assim, foram apontadas aqui algumas dificuldades e foram apontadas, naturalmente as propostas de solução.

É também partilhada convosco a gestão interna da informação, a comunicação externa, o que foi feito, quero aqui destacar como muito pertinente e tem sido até determinante e, por isso, esta semana decorreram umas novas jornadas de formação, abertas também a promotores, investidores, técnicos, projetistas, sejam dos municípios sejam de gabinetes, foram feitas formações em webinars sobre o regime de reabilitação de edifícios e frações autónomas, tivemos como formadores, enfim, os maiores especialistas nacionais nesta matéria desde logo a Dra. Fernanda Paula Oliveira que é da Faculdade de Direito de Coimbra, Raimundo Neves da Silva, Professor do Departamento de Engenharia Civil também de Coimbra e coordenador da equipa “Reabilitar Como Regra”, houve oitenta e cinco participantes, foi um evento muito valorizado por todos os participantes e pela comunidade técnica porque isto, de facto trabalhar na área da reabilitação implica um conjunto de conhecimentos legais e técnicos e de competências que precisam de ser melhorados e treinados e de facto toda a gente considerou muito importante esta iniciativa, do Centro Histórico e da nossa Área de Reabilitação Urbana do Pinhal Novo.

A comunicação feita e a execução da estratégia, também nas páginas seguintes, há um conjunto de levantamentos, houve também uma grande sensibilização e divulgação dos apoios e incentivos, ainda assim lutamos pelos resultados apresentados que há muitos requerentes que não solicitam a tempo, previamente a instrução dos processos, aquelas vistorias que são obrigatórias para determinar o nível de conservação e depois quantos níveis avança de conservação e o estado, após a intervenção e, quando isso não é feito,

obviamente, ficam impedidos depois de fazer prova na instrução dos pedidos de redução de custos, de incentivos fiscais e outros benefícios, porque não instruíram devidamente.

Aqui o gráfico na página dezassete refere também o número de requerimentos e o número de atendimentos, nota-se que vêm crescendo quando começámos, depois dezoito, dezanove, estava a correr muito bem, dois mil e vinte naturalmente não será alheio o período da Covid, mas ainda assim estes três últimos anos têm um número muito significativo e alguns exemplos que até estão ilustrados também no relatório de excelentes intervenções feitas em particular no Centro Histórico.

Como é possível verificar na Área de Reabilitação Urbana do Pinhal Novo, o número de processos e de requerimentos tem sido mais reduzido, pelo menos não tiveram grande desenvolvimento, embora haja muitos contactos e, sobretudo, percebemos intenções de transmissão de propriedade para se poder intervir à posterior.

Na página vinte, também para terem uma ideia da execução da ARU em números, os valores aqui investidos seja pelos privados, seja depois também pelo município, o município para procurar incentivar também os particulares na reabilitação dos seus edifícios também investiu na reabilitação do espaço público nos arruamentos e em equipamentos coletivos, alguns ainda com concurso a decorrer, como é o caso da requalificação da Capela São João Batista, outros com obras a decorrer, Salão Nobre, o antigo Edifício da GNR, também a requalificação da Rua Serpa Pinto, que faziam parte do nosso plano de ação para a reabilitação urbana naquilo que diz respeito aos investimentos municipais para valorizar estes espaços e ver aqui um trabalho de contágio com a envolvente.

Temos depois também aqui o "PAMUS - Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável" e o "PAICD - O Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas" e as conclusões são claras, há ainda nestas matérias questões com uma enorme carga burocrática, aquilo que está da parte do município, tentamos agilizar, mas esta carga burocrática é bom que se leia e que se perceba, como estas questões mesmo legisladas não estão claras. Ainda hoje há esta ideia de redução do IVA para a reabilitação e o conceito de empreitada para os particulares, os particulares têm encontrado entraves nesta matéria e não são criados pelo município, é pela administração fiscal, mas temos obviamente aqui alguns aspetos a melhorar, mas temos, sobretudo a esperança e a convicção de que o número de atendimentos até neste ano, este ano dois mil e vinte e um que há muita coisa a mexer e esperemos que haja efetivamente obra nestes espaços.

Nos alojamentos locais, tivemos anos de grande crescimento, nomeadamente dezanove, depois em dois mil e vinte já se, notou, com a pandemia, decréscimo, alguns até deixaram de ser alojamento local e portanto de uma maneira geral o relatório reproduz com todo o rigor aquilo que se passou este ano e aquilo que está apontado como aspetos e sugestões de melhoria.

Disse Sra. Presidente."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia sobre este ponto?

Há dúvidas, questões, observações?

Tenho um pedido de intervenção, António Godinho, Rosa Pinto em sala, mais alguém que não esteja a ver?

Muito bem então Partido Socialista, tem a palavra António Godinho."

O Sr. António Godinho do PS:

"Obrigado Sra. Presidente.

A minha intervenção irá debruçar-se sobre o Relatório de Monitorização das alterações de Reabilitação Urbana apenas do Pinhal Novo.

O relatório informa que as ações de reabilitação urbana no Pinhal Novo incidiram sobre a conservação do edificado, tendo-se, para o efeito, desencadeado ações para a execução coerciva de obras em edifícios em estado de conservação que constituí perigo para pessoas e bens. Iniciou-se, igualmente, o processo de identificação de proprietários de imóveis devolutos e em mau estado de conservação. Esta informação vem, no relatório, vem sem números de suporte. Seria interessante saber quantos imóveis foram identificados como estando em mau estado de conservação e que colocam em perigo pessoas e bens. Também era relevante saber o número de proprietários que já foram identificados como tendo imóveis devolutos e em mau estado de conservação. Seria, igualmente, importante saber-se que estratégia tem a Câmara Municipal para que os referidos proprietários realizem as necessárias obras de beneficiação.

O relatório refere que, num universo de setecentos e cinco edifícios identificados como passíveis de serem reabilitados na área urbana de Pinhal Novo, não terem existido, nos anos de dois mil e dezanove e dois mil e vinte, licenças de obras emitidas. As razões apontadas, no relatório, para este resultado muito dececionante, têm a ver com a crise pandémica, que só explica a situação para o ano dois mil e vinte, e o fato do ORU de Pinhal Novo ser simples, isto é, dependente da iniciativa dos particulares, além da existência de um edificado na sua maioria ocupado por agregados familiares de dimensão reduzidas. Embora sejam razões atendíveis, parece evidente que algo está a falhar para que nem haja uma licença emitida de obra para amostra em dois anos.

A fim de melhorar o desempenho das Operações de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Palmela e do Pinhal Novo, propõe-se, no relatório, uma série de medidas. Esperemos que as mesmas tenham sucesso, sobretudo na Área da Reabilitação Urbana de Pinhal Novo, por forma, a que, o seu Centro Histórico possa apresentar, no futuro, uma "malha" urbanística muito mais sustentada.

Disse."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada.

Agora aqui em sala dou a palavra a Rosa Pinto, por favor."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"O Sr. Presidente disse há pouco, que era conhecido por saber o nome das ruas quase todas do concelho, eu sou conhecida por ter uma excelente memória, alguns colegas meus até dizem que eu tomo "Memofante", mas não tomo.

A verdade do Centro Histórico, sobretudo do de Palmela, porque à data era o que era mais falado, é uma luta que já vem de há muitos e longos anos, e vindo de há muitos e longos anos, foram perdidos investimentos comunitários que à data estavam disponíveis. Mas interessa o presente e após vários anos de luta, eu penso que tem pernas para andar. Está-se a ver uma evolução, sobretudo em Palmela. Eu, por acaso concordo com o que disse o eleito do Partido Socialista, que no Pinhal Novo está um bocadinho menos convincente, talvez para as pessoas. Eu penso que também há pessoas que têm alguns imóveis que não têm, se calhar, muitas posses para os recuperar. E é isso que convém avaliar no futuro e ver se se consegue dar mais algum incentivo. Porque efetivamente isto de virmos com urbanizações megalómanas é importante, mas os Centros Históricos são mesmo o coração das Vilas, não posso dizer das cidades, porque no nosso concelho não temos nenhuma cidade, pelo menos, por enquanto e, portanto, eu queria dizer aqui ao Sr. Presidente que relativamente aos transportes, se tivesse feito assim um relatório, embora não sendo obrigado, com umas ideias do que andou por lá a falar, teria sido bom. Este relatório considero que foi feito por funcionários competentes e votaremos favoravelmente."

A Sra. Presidente da Mesa:

“Há mais algum pedido de intervenção?”

Não havendo, vamos votar.”

O Sr. Presidente da Câmara:

“Sra. Presidente, se me permite gostava se me permite, três notas muito breves, só de informação.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Sr. Presidente, mesmo muito breve, acho que não que não temos muito mais a acrescentar.”

O Sr. Presidente da Câmara:

“Sobre as obras coercivas elas não vêm no relatório, mas são fornecidas periodicamente num Relatório de Atividades na Assembleia Municipal, também relativamente aos devolutos eles são identificados para efeitos de IMI, das majorações, que também são aqui aprovadas em Assembleia Municipal...”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Sr. Presidente, quase que não se ouve, desculpe lá, para ver se tem aí ritmo.”

O Sr. Presidente da Câmara:

“Dizia então que também em relação à quantidade de devolutos, nós apuramo-la em sede de aprovação das nossas propostas de IMI e também há um período no caso do Centro Histórico para recenseamento desses prédios para efeitos de majoração assim como aqueles que foram reabilitados têm para efeitos de minoração e também é apresentado nos relatórios.

Depois, com efeito, a ARU de Pinhal Novo tem esta especificidade também de alguma tipologia dos terrenos que não são muito apetecíveis para aquilo que a generalidade dos proprietários querem fazer, não querem propriamente reabilitar, querem fazer outras coisas, mas, sem dúvida o número de novas licenças não existem, mas houve ações de reabilitação, porque a simples conservação, pinturas, tratamento de fachadas, até alterações de telhado entenda-se alterações que não alterem o tipo de telha e o tipo de estrutura, são obras isentas de controlo prévio, portanto, estão isentas de controlo prévio, elas não são objeto de licença, mas é um facto que há muito pouca dinâmica neste miolo Sul do Pinhal Novo aqui nalgumas zonas, houve algumas ameaças interessantes, mas, de facto, os investidores não avançaram ainda para o efeito e nós vamos procurar sobretudo perceber se é uma questão de mais incentivos ou se é uma questão de outra regulamentação que facilite algum tipo de obras que possam melhorar o aspeto dos nossos Centros, mas quero recordar-vos que já temos incentivos para até fixação de comércio e de serviços nestas zonas e para conservação que se destine ao arrendamento jovem.

Esperamos também que com a estratégia local de habitação, que foi também já aprovada neste órgão deliberativo, deve vir a sinalizar também algumas áreas que possam vir a ser adquiridas pelo município para depois reabilitar e arrendar, mas isso depende também da disponibilidade de alguns para o venderem e acredite que fazemos esse trabalho, ali o Sr. Vereador Adilo, parece quase um agente de uma imobiliária e eu também, que mando-lhe muitas fotografias, estamos a trabalhar nesse sentido.

Disse Sra. Presidente.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Muito bem, então Srs. Membros da Assembleia, vamos votar esta proposta.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, um do MIM, dois do BE e um Independente-Mário Rui Baltazar).

A Sra. Presidente da Mesa:

“Ponto quatro, requer aqui uma pequena introdução neste caso, da minha parte.”

PONTO QUATRO – Tomada de Posição sobre o Hospital de São Bernardo

A Sra. Presidente da Mesa:

“Nós Assembleia Municipal, recebemos ainda o ano passado ou seja ainda em dois mil e vinte, uma reunião que nos foi solicitada por um conjunto de médicos, diretores do Hospital de Setúbal ou do Centro Hospitalar de Setúbal, para nos colocarem efetivamente as preocupações que têm, que tinham relativamente àquele Centro Hospitalar, nomeadamente as dificuldades existentes, pelo facto de não terem avançado alguns investimentos que podiam estar a comprometer seriamente, algumas das valências que são praticadas no hospital e o seu reconhecimento e o seu estatuto enquanto o Hospital Distrital, enfim, estou a ser muito sintética, porque entretanto, todos tiveram oportunidade de ler o documento que foi enviado, lembram-se que aqui a dada altura chegámos a falar sobre a necessidade de nós próprios e eu tinha assumido esse compromisso numa determinada reunião de nós próprios, enfim, apresentarmos algumas linhas em resultado da reunião que tínhamos tido e linhas que procurariam sintetizar exatamente as preocupações colocadas pelos responsáveis, pelos médicos do Centro Hospitalar de Setúbal, mas não fizemos logo na altura e, entretanto, até com a intervenção do nosso colega José Carlos de Sousa, ficou acautelada esta hipótese que eles próprios pudessem vir a ter um documento que apresentassem e sobre o qual nos pudéssemos pronunciar.

Dito isto, nós estamos hoje numa reunião extraordinária e eu de qualquer modo, achei que não devíamos guardar, foi apenas uma questão, tática na gestão dos nossos tempos, não é, não queria deixar de trazer este tema foi um compromisso que nós assumimos na reunião com a equipa de médicos, não queria adia-lo para posterior data, achei que a próxima reunião ordinária, que aproveito para dizer está agendada e corrijo porque julgo que terei dito a alguns Membros da Assembleia, que se previa uma reunião no dia vinte e quatro, mas tivemos que a alterar para vinte e oito, portanto, a próxima reunião ordinária da Assembleia está prevista para vinte e oito e eu achei até pelas matérias que já conheço que estarão, provavelmente submetidas essa Assembleia que iria ser excessivamente pesada e que devíamos aligeirar se possível, nomeadamente com alguns pontos, e foi por essa razão que introduzi este ponto em ordem de trabalhos para que ele possa ser abordado por nós uma vez que, enquanto reunião extraordinária esta que estamos hoje aqui a celebrar não aceitaria a introdução do ponto em ordem no período antes da ordem do dia.

Assim sendo, o documento que nos foi distribuído foi uma moção feita pelos próprios médicos e dirigentes do Centro Hospitalar de Setúbal, que explana as questões que nos foram colocadas em reunião e, aliás, talvez até mais desenvolvidas, ou pelo menos sistematizadas e, portanto, o que eu quero é colocar à consideração dos Srs. Membros da Assembleia o que fazer, julgo que era simpático, tomarmos uma posição e, portanto, pelo menos acolhermos a preocupação destes médicos, porque se é como aqui dizem e todos eles, pelo menos, os que reuniram connosco são, eram, são, foram responsáveis de serviços, a ser verdade aquilo que nos é transmitido e que passa neste documento, obviamente, julgo que todos nós devemos de ter grande preocupação com a evolução do Centro Hospitalar de Setúbal.”

Dou a palavra, naturalmente aos Membros da Assembleia que participaram nesta reunião comigo sobre o tema, quem quer usar da palavra?

José Carlos de Sousa, da bancada do Partido Socialista.”

O Sr. José Carlos Sousa do PS:

"Muito obrigado Sra. Presidente.

Eu vou ser muito sincero, aliás já sabe que eu sou muito sincero sempre consigo, eu esperei que houvesse um documento para nós hoje aqui podermos votar, podermos pronunciar sobre ele, esperei hoje durante o dia, já constava na Área Reservada e, portanto, não percebi que podíamos agarrar como está a fazer, o documento que nos foi enviado pelo grupo que reuniu connosco e que nos debruçássemos sobre ele e que dessemos a nossa e anuência ao documento.

Eu não tenho nada a obstar em relação a isso, atendi à sua introdução a minha ideia era propor-lhe que hoje não abordássemos este ponto e fizesse um documento que pudesse ser unânime entre todos os que estivemos naquela reunião, e pudéssemos de alguma maneira na próxima reunião que pelos visto é dia vinte e oito de junho pudéssemos vota-lo, não entendendo a Sra. Presidente isso, eu também não tenho grande obstáculo a que possamos hoje dar uma anuência às pretensões, pretensões essas que eram a dois níveis, por um lado, a questão da ampliação das instalações, ampliação das instalações que genericamente de acordo com aquilo que se sabe aqui da comunicação social, o Hospital de São Bernardo assinalou o sexagésimo aniversário, projetando o futuro numa cerimónia solene, o Presidente do Conselho de Administração, Manuel Roque Santos anunciou oficialmente a construção de um novo edifício, junto do Hospital São Bernardo no valor global de dezassete milhões de euros, que estarão inseridos no Orçamento Geral do Estado, mas também se chegamos um pouco mais a um outro tipo de notícias, percebemos que está dependente todo este processo do "negócio" do Hospital do Outão que nos foi muito explicado pelos Srs. Doutores Diretores de Serviço do Hospital de Setúbal quando estiveram connosco em Palmela, que o Hospital do Outão tinha sido doado para aquele fim, e que dificilmente o Estado o conseguiria alocar para outro fim, nomeadamente a um fim, que tinha a ver com as questões da restauração e da hotelaria e isto é um processo difícil, complexo, conflitual diria assim.

Esta é uma nota era a ampliação, a outra nota era a nomenclatura, não sei se é exatamente este o termo que eles utilizaram, a nomenclatura que o Hospital tem, porque não têm todas as especialidades e, portanto, como não tem toda especialidades como o Garcia da Orta, receberá menos cerca de cinco mil euros mensais para a sua manutenção, para o seu funcionamento, o que dá qualquer coisa como sessenta mil euros ano, o que é significativo nas contas globais do hospital.

Eram estes dois pontos, penso que todos os que tiveram na reunião terão isto mais ou menos presente, eu andei à procura da agenda do ano passado para tentar perceber quando é que tinha sido a reunião, tenho ideia que terá sido em novembro, mas não sei mais e portanto é o que me aflora a minha memória, eu não tenho uma memória tão boa como a Rosa Pinto e portanto não consigo discernir isto a esta distância toda, mas tendo isto em conta eram estes dois pontos, nós Partido Socialista, não temos qualquer pejo em aceder não sei qual é o termo, mas anuir, compaginarmos uma declaração que seja uníssona de apoio à reivindicação que afinal já está genericamente trabalhado no Orçamento Geral do Estado, eu sinceramente pensei que houvesse um documento em que nós com três pontos dizíamos "*A Assembleia Municipal de palmela reuniu naquela data, apoia a concretização das pretensões dos Diretores de Serviços reunidos connosco em dois mil e vinte*" e seria uma coisa pacífica, de qualquer forma eu aceito aquilo que a Sra. Presidente entender."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem.

Tem agora a palavra Tânia Ramos do Bloco de Esquerda."

A Sra. Tânia Ramos do BE:

"Muito boa noite novamente.

Eu também se não cometo o erro, se não me falha a memória lembro-me que no fim da reunião todos os que estivemos presentes partilhámos a opinião de que aquilo que estava a ser explicado e a partilha que estava a haver naquele momento era recebida de bom agrado por todos nós e simpatizávamos com aquilo

que foi trazido e reivindicado, como tal, o Bloco de Esquerda aquilo que eu acho que era interessante era realmente haver um documento, utilizando as palavras do José Carlos de Sousa, era haver realmente um documento que pudéssemos elaborar, talvez em conjunto, ou então deixar ao critério da Sra. Presidente, tendo em conta que me recordo na altura que todos os que estivemos reunidos partilhávamos da mesma opinião e simpatizávamos com aquilo que estava a ser explicado na altura e depois de uma forma, simpática, podermos juntar aquilo que está a ser reivindicado que são os direitos de um Hospital que serve uma vasta área geográfica e que não tem visto reconhecido, a sua nomenclatura e que está em falta em relação, por exemplo, ao Garcia de Orta e sabemos as dificuldades e os défices que o Hospital de São Bernardo tem e sabemos a necessidade que tem há muitos anos e, por isso em boa hora, faríamos chegar, ainda que, em boa hora atrasada, faríamos chegar esta nossa partilha e esta nossa, mais ou menos simpatizando com reivindicação foi foram trazidas e da nossa parte é dizer isso que achamos que sim que faz sentido um documento em que possamos todos em conjunto aprovar e estar ao lado da luta daqueles que todos os dias tratam da saúde e todos os dias estão na retaguarda para que o bem estar e para que não falte nada quando nos dirigirmos a uma unidade saúde, como é o Hospital de São Bernardo.

Tenho dito, Sra. Presidente, obrigada.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Srs. Membros da Assembleia, para clarificar, vamos lá ver no momento em que nós recebemos os membros do hospital não tínhamos nada escrito, estivemos ali a tomar notas daquilo que era dito e aí sim, assumimos que íamos procurar escrever alguma coisa para tomar, enfim, para suportar uma posição, reparem que aquilo que aconteceu connosco deve ter acontecido com outras entidades públicas, porque efetivamente a reunião foi no inverno do ano passado, eu estou como o José Carlos, não tinha à mão a agenda para confirmar a data, mas lembro que foi ainda, eu até nem sei se não foi antes de novembro...”

O Sr. José Carlos Sousa do PS:

“Foi no dia em que também ouve Assembleia Municipal.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Exatamente, agora em abril deste ano, os mesmos médicos fazem então uma moção sobre o assunto, ou seja outras entidades devem de ter expressado esta dificuldade, não é, podemos todos estar a dar opinião, mas já agora gostávamos de ter alguma coisa para nos suportar, ora, eu depois deste documento, quer dizer, isto é uma moção, isto tem a figura da moção depois deste documento que explana com o rigor, naturalmente que eles colocam e que eu não tenho competência para discutir se é assim ou não, mas o que é que me ocorre, naturalmente, não tenho nenhuma dificuldade em apoiar as reivindicações que aqui são feitas e associar-me às preocupações manifestadas. Eu acho que é isto que a Assembleia Municipal de Palmela não é, tem e pode, e deve fazer, quer dizer que, em detrimento de uma análise de outra natureza que nos implica ou que nos obriga efetivamente a verificar, o José Carlos de Sousa já aqui disse “há mas uma parte já está contemplado em Orçamento de Estado, está bem, mas então a seguir, obriga-nos uma afirmação que é então que se concretize o Orçamento de Estado, eu acho que não devemos ir por aí, acho que aquilo que todos manifestamos ali, depois de vir este documento escrito, acho que fica bem retratado se nos associarmos às preocupações manifestadas neste documento, percebem? Mas fica à vossa consideração, se quiserem cá voltaremos ao tema com meia dúzia de linhas escritas numa próxima reunião não é?”

Sra. Membro da Assembleia, Rosa Pinto.”

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Ora puxando pela minha memória, efetivamente após essa reunião na qual eu não pude estar presente, porque tinha uma diligência, na Assembleia Municipal, o que ficou combinado foi os presentes na referida reunião não fazerem uma recomendação para votarmos nesta Assembleia. E nada fizeram.

A Sra. Presidente da Mesa:

"Eu tentei obviar isso, se for para repetir não vale a pena."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Sim e do eleito José Carlos e ficaram de fazer um documento e reunirmos depois. Este documento que a Sra. Presidente agora nos fala, eu não tenho conhecimento dele, a mim não me enviaram documento nenhum, nem à nossa bancada.

A Sra. Presidente da Mesa:

"Vou pedir apoio aos serviços.

Terão recebido?"

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Não, eu não recebi."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Veio um documento e as indicações que foram dadas aos serviços foi que este documento fosse enviado, se calhar não fomos explícitos, tudo bem, eu particularmente não terei sido explícita.

Há uma moção dos mesmos médicos e eu vou ler, vou tentar ser relativamente rápida e diz assim:

"O Conselho Clínico do Centro Hospitalar de Setúbal (Hospital de São Bernardo e Hospital Ortopédico do Outão) alargado a Responsáveis de Unidades Médicas, Coordenadores de Comissões, Chefes de Equipa de Urgência e outros Responsáveis de Setores Clínicos do CHS, reuniu em Assembleia Geral no dia 8 de abril de 2021 pelas 20.45 no Anfiteatro do Instituto Politécnico de Setúbal tendo deliberado transmitir a diversas entidades competentes o que aprovaram por unanimidade:

1. Com base na vasta área de influência e na diferenciação adquirida, exigem a requalificação do CHS ao nível seguinte de diferenciação (Grupo C para Grupo D), lembrando que a classificação prévia emanada da portaria 82/2014 de 10 de abril foi revogada pela portaria n.º 147/2016 de 19 de maio 2016, tendo então sido reiterado, pela Tutela, o compromisso de uma nova atualização, o que não aconteceu até hoje;

2. Obter garantia de que as verbas atribuídas para a ampliação do CHS, inscritas no Orçamento aprovado em Assembleia da República para o corrente ano de 2021, vão finalmente ser aplicadas e que não estão dependentes da alienação das instalações onde se situa o Hospital Ortopédico do Outão;

3. Pretendem ser informados de qual a última versão do Plano do novo edifício projetado. Entendem, pois, que devem ser chamados de novo a colaborar na apreciação do mesmo, exigindo que ele seja também acompanhado por um plano funcional paralelo que permita a reabilitação coerente dos edifícios mais antigos, designadamente dos espaços que se prevê ficarem vagos;

4. O CHS tem espaços próprios que não podem ser alienados nem condensados de forma reducionista ou liquidatária, numa clara subversão do espírito do SNS. Os serviços instalados no Hospital do Outão (Ortopedia, Cirurgia Plástica, Fisioterapia, Medicina Interna e Imagiologia) não se podem transferir liminarmente para o novo edifício a construir, sem garantir previamente que o seu movimento assistencial e a qualidade do seu desempenho sejam salvaguardados (nº de camas e de salas operatórias, nº de gabinetes de

consulta, capacidade de reabilitação funcional dos doentes operados) e, em simultâneo, que tal não venha a redundar em prejuízo do funcionamento dos restantes serviços já existentes no Hospital de S. Bernardo;

5. Insistem que o novo edifício a ser construído salvguarde os circuitos adequados para a correta separação de doentes em tempos de pandemia (desta, ou de outra que venha a ocorrer) e consiga ter a volumetria necessária que permita vir a corresponder a uma nova ampliação, dado que não existe mais nenhuma área com capacidade construtiva no interior do perímetro geográfico onde se situa;

6. A capacidade instalada, em meios tecnológicos, não é compatível com o adequado tratamento da população que serve, sendo isso sobretudo patente ao nível dos meios complementares de diagnóstico e terapêutica: Patologia Clínica e Microbiologia Clínica, Biologia Molecular, Imuno-Hemoterapia e Imagiologia. Somam-se a estas insuficiências a degradação e a precaridade das instalações ao nível das áreas vocacionadas para o Ambulatório, designadamente da grande maioria dos Hospitais de Dia das diversas especialidades;

7. A insuficiência do internamento, associada à precaridade de instalações e à exiguidade de recursos humanos, agravada pela pandemia COVID-19, veio expor de forma notória as fragilidades estruturais e funcionais do CHS, nomeadamente ao nível do atendimento do doente Urgente e Emergente (Urgências Geral, Pediátrica e Obstétrica, Cuidados Intensivos e Cuidados Especiais Neonatais- UCEN);

8. Finalmente, chamam a atenção para a necessidade premente de serem criadas as condições de atratividade suficientes que permitam fixar as novas gerações de médicos aqui formados ou que se queiram juntar a este projeto hospitalar. A progressiva precarização dos seus quadros que abrange a grande maioria dos Serviços, irá, a muito curto prazo, conduzir à total inviabilização do CHS como Hospital da Cidade Capital de Distrito, tal como os signatários têm vindo reiteradamente a expor superiormente;

9. Pelas razões evocadas, este Conselho Clínico declina completamente quaisquer responsabilidades que alegadamente lhe possam vir a ser imputadas, pela não concretização das candentes obras de ampliação e de reabilitação, pois a sua ação pauta-se por uma atitude interventiva e responsável de natureza cívica de que não pretende abdicar.

Setúbal, doze de abril de dois mil e vinte e um.

Esta Moção debatida e votada pelo Conselho Médico será enviada para:

Presidente da República

Presidente da Assembleia da República

Primeiro-Ministro

Ministros da Saúde e das Finanças

Secretários de Estado da Saúde

Comissão Parlamentar de Saúde da Assembleia da República

Presidentes da ACSS e ARSLVT

Presidentes das Câmaras Municipais e Presidentes das Assembleias

Municipais de Setúbal, Sesimbra e Palmela

Partidos Políticos com representação parlamentar.”

É com base nisto que, peço desculpa porque obviamente a responsabilidade é minha do documento não vos ter chegado à mão, mas é com base nisto que eu tive hesitação sobre o termo a usar, mas que agendo este ponto chamando-lhe “Tomada de posição sobre o Hospital de São Bernardo” e até devia de ter sido sobre o Centro Hospitalar de Setúbal que é o que diz o documento.

Esta moção é na verdade a meu ver o documento que melhor espelha qualquer posição sobre o assunto, qualquer coisa que nós digamos a cerca disto ou é redundante ou é insuficiente ou é incompleto ou é impreciso, é isto, a minha proposta é que nós votemos uma posição de apoio às preocupações veiculadas

neste documento, mas se entenderem que não estão em condições de o fazer, muito bem, passa para a próxima Assembleia, com este documento distribuído a toda a gente.”

O Sr. José Carlos Sousa do PS:

“Vamos perceber uma coisa, eu recebi esse documento ponto, não consigo encontrar na caixa do correio neste momento e por isso estava a tentar perguntar aqui qual era a data, eventualmente terá vindo no meio, eu sei que foi enviado depois de uma Assembleia Municipal em que falámos disso é a única que eu sei, e eu sei que recebi o documento e que li o documento e na altura penso até que falei com o Raul e lhe disse *“epah, olha lá o documento que está aqui mas fala aqui da questão do Outão”*, lembro-me perfeitamente disto, não consigo precisar, março ou abril uma coisa do género.

Não temos nós grande dificuldade em votar o documento, tirando a questão de não fazer depender a ampliação do Hospital, da venda do Hospital do Outão e tirando o último ponto que eu acho que é um ponto muito técnico em que os médicos se tomam o entre aspas se quiserem, se refugiam e eu estou a fazer de cabeça pelo que ouvi agora se refugiam a dizer que tudo aquilo que acontecer a responsabilidade não é nossa, eu acho que acho que nestas coisas, ninguém em nenhuma profissão, pode chutar para canto, nós aprovaremos sem nenhum problema essa moção com a ressalva objetiva de que há verba em Orçamento Geral do Estado e, portanto, o ponto dois, penso que é o ponto dois que fala, dos dezassete milhões que estão inscritos e que têm que ser efetivamente implementados, se entenderem deixar isto para que todos tenham acesso e possam ler para a próxima sessão também, digamos, que são dez minutos, da sessão ordinária que podemos fazer e podemos fazer da mesma forma e aí concordo com a Ana Teresa claramente, num ponto autónomo, não fazer isto no pacote das moções, acho que isto é, enfim, eu não diria que as moções não são relevantes, não é isso que eu quero dizer, mas têm como texto diferenciado que merece uma atenção específica e, portanto, ponto na ordem de trabalhos na minha opinião, devia de estar como está hoje.

A Sra. Presidente da Mesa:

“Sim, Sra. Membro da Assembleia, Rosa Pinto.”

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

“Eu não recebi, e nem pus em dúvida, porque até pensei neste ponto que era o tal documento que ficaram de fazer. Eu pessoalmente considero ser mais positivo passarmos isto para a próxima Assembleia e redigirmos um documento baseado nas características principais desse documento anuindo a esse, retirando aquela parte técnica referente aos médicos.

A Sra. Presidente da Mesa:

“Desculpe, mas retirando porquê?”

“É isso que eu quero evitar, que a gente vá...”

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

“Não, há aí pormenores técnicos com que eu não posso concordar, nem discordar, desconheço. Não sou técnica na matéria que está contida nessa última parte final, como o José Carlos disse Sra. Presidente.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Ora bem, ora bem.”

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

“É nesse sentido que eu considero que o primeiro pensamento estava mais correto. Agarrarem nesse documento, anuírmos a ele e pormos as premissas principais e juntar o próprio documento aquando do envio. E isso é acho que numa próxima Assembleia a discussão ficaria mais completa.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Pronto, então está bem, eu assumo isso.

Então é assim, vai para um ponto autónomo, eu gerirei a Assembleia em função dos tempos e portanto vamo-nos sujeitar ao que for, é uma Assembleia Ordinária, com inúmeros assuntos, mas tudo bem, não vou tirar nem por relativamente a este documento, fique já aqui anotado, eu não vou discutir questões técnicas, mas também não as vou eliminar, se o conjunto de pessoas que aqui está, as suas preocupações são estase se eu vou anuir às preocupações do conselho, também não vou retirar relativamente à sua análise, não vou, e não devemos.

Desculpe, com todo o respeito, o Membro da Assembleia José Carlos, deu a sua opinião e eu estou a dar a minha, pronto, mas eu vou apresentar o documento.”

Carlos Oliveira, por favor.”

O Sr. Carlos Oliveira do BE:

“De qualquer forma, posso dar já a minha opinião, não faz mal fica registada a minha intervenção e era isso que eu queria deixar, eu já ouvi a minha camarada Tânia Ramos, acerca deste ponto, mas eu não queria deixar também de dizer aquilo que penso e o que acho sobre este assunto, eu acompanho a posição e a ideia transmitida pela Sra. Presidente da Assembleia Municipal e acho que não nos cabe a nós estarmos a alterar o texto que foi aqui apresentado ou que foi na altura apresentado por este conjunto de médicos especialistas do conselho Clínico do Hospital de Setúbal, cabe-nos a nós decidir no conjunto, em termos de Assembleia Municipal, se apoiamos ou não esta posição do Conselho Clínico do Hospital de Setúbal. Não nos cabe a nós alterar uma vírgula sequer do texto que foi aqui apresentado, ou que foi na altura apresentado, na minha opinião e a opinião de Carlos Oliveira, Membro da Assembleia Municipal de Palmela, da Bancada do Bloco de Esquerda, que não acho que se deve alterar uma vírgula do texto que foi apresentado.

Disse.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Obrigada Senhor Membro da Assembleia, acho que a sua intervenção foi mais clara que a minha, já ouviu os demais Membros, não vamos discutir mais, uma vez que não tem o documento na mão na próxima Assembleia, este tema retornará.

Então passamos ao ponto seguinte que é a informação sobre a atividade das comissões da Assembleia Municipal, penso que os coordenadores das comissões receberam um email dos nossos serviços pedindo que, dessem alguma informação sobre as respetivas comissões, pergunto quem é que quer começar?

PONTO CINCO – Informação sobre atividade das Comissões da Assembleia Municipal

A Sra. Maria Dulce Marques do PS:

“Boa noite a todos, na pessoa da Sra. Presidente, saúdo todos os presentes nesta Assembleia bem com todas as pessoas que nos acompanham via digital.

Conforme o solicitado pela Sra. Presidente na passada sexta-feira, e enquanto Coordenadora passo então a apresentar a informação sobre a atividade da Comissão de Educação, Cultura, Juventude, Desporto e Assuntos Sociais, relativo ao período de março de dois mil e vinte a junho de dois mil e vinte e um, partilhada com os vários elementos que compõem essa Comissão, apesar do curto tempo para a sua preparação.

Recordo que a comissão é composta por cinco elementos, António Godinho, Maria Dulce Marques, Maria João Camolas, Mário Baltazar e Rute Trindade. Com exceção desta última, todos estiveram presentes nas duas reuniões realizadas.

Recordo ainda que, à presente Comissão, compete fazer propostas, dar pareceres, recomendações e apresentar relatórios sobre assuntos relacionados com as áreas da Educação, Cultura, Juventude, Desporto e Assuntos Sociais.

No período acima referido, esta Comissão realizou duas reuniões presenciais, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, por forma a garantir que todos os cuidados e segurança possíveis:

A dois de outubro de dois mil e vinte realizou-se uma reunião com caráter de urgência, com a Proteção Civil. Esta teve como objetivo perceber junto da Proteção Civil, através dos seus responsáveis, a real situação do concelho, medidas e estratégias que se encontravam a ser desenvolvidas e a desenvolver e a relevância da informação que importava fazer chegar aos municípios, face ao elevado número de casos positivos de Covid-19 no concelho de Palmela em Outubro de 2020.

Nesta reunião, que teve como ponto único a "audição" do responsável pela Proteção Civil, o Senhor presidente da CMP fez-se representar pelo Sr. Eng. Carlos Caçoete, a quem, uma vez mais, agradecemos a presença, a informação disponibilizada sob a forma de Memorando e a atenção na clarificação de dúvidas e no registo de sugestões dadas pelos elementos da Comissão.

Nesta reunião que teve como ponto único a "audição" do responsável pela Proteção Civil, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Palmela fez-se representar pelo Sr. Eng.º Carlos Caçoete, a quem, uma vez mais, agradecemos a presença, a informação disponibilizada sobre a forma de memorando e a atenção da clarificação de dúvidas e no registo de sugestões dadas pelos elementos da Comissão.

Dos diferentes pontos abordados salientamos:

- a importância do reforço da formação e informação, junto da comunidade, relativa a práticas preventivas, controlo de riscos e gestão de surtos;
- maior intervenção das forças de segurança junto a escolas, estações de transporte e comércio;
- medidas extraordinárias postas em prática com vista a prevenir a transmissão da doença;
- necessidade de maior articulação entre Rede Social e Segurança Social por forma a ultrapassar as situações de Lares ilegais;
- necessidade de atualização do Plano Municipal de Emergência.

A oito de abril de dois mil e vinte e um, realizou-se uma reunião com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela, com o objetivo de debater soluções para os problemas da CPCJ por forma a garantir o necessário e correto apoio às crianças e jovens do concelho de Palmela.

Esta reunião contou com a presença de representantes da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela e dos responsáveis da Câmara Municipal de Palmela pela área social. Um agradecimento mais pela presença do Sr. Vereador Adílio Costa, da Dra. Fernanda Rôlo e das representantes da CPCJ Dras. Sílvia Contreiras e Cristina Felicíssimo.

Foi endereçado um convite à Sra. Presidente da Assembleia Municipal para nos acompanhar nesta reunião, porém esta não nos deu a honra da sua presença.

Tratou-se de uma reunião muito profícua em que foram abordadas as problemáticas existentes, as estratégias já em marcha no sentido do atenuar de problemas e possíveis soluções, no que diz respeito:

- à precariedade grave de meios humanos e logísticos da CPCJ;
- à importância das IPSS's serem apoiadas financeiramente para conseguirem manter a afetação de Recursos Humanos Técnicos à CPCJ;
- ao volume elevado de trabalho administrativo;
- ao número elevado de processos ativos de crianças e jovens alvo de acompanhamento
- ao papel e responsabilidade da Câmara Municipal de Palmela no apoio à CPCJ e seu funcionamento;
- à articulação do Município com a Comissão Nacional;
- e à criação de processos de comunicação mais claros por forma a tornar mais céleres as respostas às necessidades e ao veicular de informação mais clara.

Importa referir que houve um pedido de reunião intercalar em janeiro de 2021, solicitado à Sra. Presidente da Assembleia Municipal, referente à temática da pandemia e ao milhar e meio de casos COVID-19 no concelho de Palmela, porém a resposta a este pedido apenas chegou em abril deixando de ser pertinente a sua urgente realização.

Atendendo à situação pandémica, não foi possível dar continuidade à intensiva metodologia de trabalho iniciada por esta Comissão, no sentido da escuta e debate com outros atores-chave de modo a ser possível refletir, tomar posição e realizar recomendações, porém acreditamos que o trabalho encetado constituirá uma mais valia num futuro muito próximo.

Uma breve nota final para partilhar com esta Assembleia o quão a COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, DESPORTO E ASSUNTOS SOCIAIS está satisfeita com o trabalho realizado nos últimos 3 anos. Foi uma experiência significativa, gratificante e relevante no esclarecimento de dúvidas, levantamento de questões e transmissão de sugestões nas diversas áreas que constituem o seu âmbito.

Disse, obrigada.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Muito bem, obrigada também, não só pela exposição, como pelo trabalho feito.

Pergunto aos demais Coordenadores quem é que deseja usar da palavra, para dizer alguma coisa sobre as respetivas Comissões?

O Sr. Membro da Assembleia, Colin Marques tem a palavra.”

O Sr. Colin Marques do PPD/PSD.CDS-PP:

“Obrigado Sra. Presidente, saúdo na sua pessoa todos os presentes e todos os que nos acompanham.

Venho aqui dizer o que é que se tem passado ou o que é que se passou nos últimos meses sobre a Comissão do Desenvolvimento Económico, Turismo e Inovação, esta Comissão coordenada por mim teve uma reunião no dia dezanove de novembro de dois mil e vinte, no edifício sede da Assembleia Municipal, esta reunião foi solicitada à Sra. Presidente da Assembleia Municipal, com remessa da convocatória por mim no dia doze de novembro de dois mil e vinte e no dia treze de novembro de dois mil e vinte, foi enviada convocatória para os membros da referida comissão, a saber, eu próprio Colin Marques, Andreia Bento, Ana Elísia Monteiro, Patrícia Caixinha e Carlos Moço.

Na reunião de dia dezanove de novembro estiveram presentes os Membros Colin Marques, Andreia Bento e Patrícia Caixinha, os Membros Ana Elísia Monteiro e Carlos Moço, não compareceram e não fizeram justificar a ausência na referida reunião. A reunião, teve como objetivo, debatermos a criação de um plano de incentivo à recuperação do setor do turismo para apresentar como recomendação ao executivo da Câmara Municipal de Palmela, ela foi realizada a partir de um documento que eu próprio criei com uma série de

itens, entre os quais, termos de segurança, de apoio às empresas, de trabalho e de medidas de promoção do destino de Palmela.

Na referida reunião, os Membros presentes contribuíram com algumas observações, alguns comentários bastante pertinentes, eu após a reunião, atualizei o documento inicial com essas notações e com esses acrescentes e no dia vinte e três de novembro de dois mil e vinte, por minha autoria foi remetido um email com um documento onde constavam essas anotações, resultantes dos da reunião do dia dezanove de novembro. Nesse mail que eu remeti a todos os presentes foi solicitada resposta aos membros presentes naquela reunião e também aos membros ausentes, acontece que até ao dia de hoje, nunca me foi, não foi realizada, portanto, obtive qualquer resposta, por nenhum dos Membros, nem dos presentes, nem dos ausentes e daqui retiro conclusão que, portanto, o trabalho desta a Comissão está encerrado e que, por minha iniciativa ela jamais voltará a reunir e tenho dito, obrigado pela atenção.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Obrigada também.

Pergunto se há mais alguma intervenção? Mais alguma informação que possam dar-nos, partilhar connosco, as restantes comissões não reuniram?

Pronto, então se não há outras intervenções, o que nós concluímos foi que, ainda temos que melhorar significativamente o trabalho das nossas comissões, não houve outras reuniões ao longo deste período, é óbvio que também tivemos aqui um ano inteiro muito atípico como é normal, não é impeditivo foi apenas dissuasor, mas, julgo que, num próximo mandato que temos que continuar a desafiar os membros da Assembleia para provavelmente ou com propostas para alteração do funcionamento de cada comissão, a composição está na mão de cada grupo, ou com propostas de alteração no respetivo funcionamento ou com uma nova metodologia, uma nova forma de organização das mesmas, provavelmente, isto significa que ainda temos que continuar a repensar o tema das comissões da nossa Assembleia Municipal.

Mas há um pedido de intervenção Sr. Membro da Assembleia, José Carlos de Sousa.”

O Sr. José Carlos Sousa do PS:

“Sra. Presidente, duas notas, a Senhora já fez uma apresentação uma síntese da não efetivação das reuniões, mas eu gostava de fazer dois comentários, para já dar os parabéns a esta comissão porque conseguiu a funcionar e que é a Comissão de Educação, Cultura, Juventude, Desporto e Assuntos Sociais, e no mínimo os eleitos devem de contribuir não só, nas Assembleias Municipais, mas também nestas Comissões na Assembleia Municipal que diz o artigo 35.º do nosso Regimento “*compete dar pareceres, fazer propostas, sugestões, recomendações e apresentar relatórios sobre assuntos do seu âmbito de competência, por iniciativa própria, da mesa ou a solicitação de um terço dos membros da Assembleia Municipal, nos prazos por estes fixados*” deveria ter aqui um outro peso e aceito plenamente que, no próximo mandato teremos que dar outro gás a estas comissões.

A Comissão Permanente, penso que reunimos uma vez, durante estes três anos e meio, a Comissão de Finanças, Recursos Humanos, Organização e Segurança, da qual eu também faço parte, nunca reuniu propriamente dito ao direito da oposição do Governo e pouco mais, e num período em que eu sabia que a questão da segurança nunca foi aqui trazida claramente ao de cima.

Depois ouvi do Sr. Presidente falar das questões da mobilidade, mas a Comissão de Ordenamento de Território, Infraestruturas e Obras Públicas, Ambiente e Mobilidade, também nunca reuniu e, portanto, teremos que tentar, e se calhar temos que pôr aqui alguma coisa que diga que ao fim do ano e se não reunir o Coordenador tem que ser substituído, qualquer coisa do género. O que de facto é que estas comissões que aparentemente podiam dar aqui algum elevo a tudo isto não o fazem, eu dou o exemplo, só para terminar do PDM, a Comissão da Assembleia Municipal, podia se inteirar um pouco das questões do PDM, mesmo antes da sua apresentação pública, que ouve, que eu estive presente online, etc., etc., deveria

de haver um trabalho feito pelos eleito acabamos por não ter esse trabalho dos eleitos e acaba por ser, os técnicos, os da autarquia e aqueles são contratados exteriormente a fazer este tipo de trabalho e a apresentar depois o trabalho às vezes é mais difícil de haver uma intervenção à posteriori sobre esses mesmos documentos, sobre esses mesmos trabalhos que estão desenvolvidos, portanto, concordo inteiramente com a Sra. Presidente, quando refere que, no próximo mandato, teremos todos que tentar que estas comissões tenham outro peso para a dinâmica da própria Assembleia Municipal.

Era só, muito obrigado.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Pergunto se há mais alguma intervenção?

Tem a palavra a Membro da Assembleia, Rosa Pinto.”

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

“Efetivamente a própria Comissão Permanente reuniu muito poucas vezes. Eu, por acaso, conheço a dinâmica da Comissão Permanente de Setúbal, inclusive reúnem-se para selecionar a ordem de trabalhos e trabalham mesmo. Mas neste ano digamos, que era o ano zero. Porque elas não funcionavam mesmo em anos anteriores. E, portanto, deixo aqui os votos de que a Comissão Permanente, tenha uma palavra a dizer sobre reuniões, ordem de trabalhos e tudo mais, marcação de Assembleias Municipais que é a Assembleia Municipal, de acordo com o executivo, a quem compete marcar as assembleias através da mesa e faço votos que também as outras comissões que todos escolhemos e que trabalhamos para isso no próprio regimento, venham a funcionar melhor no próximo mandato. E portanto, sangue novo e novas “guerras” e novas “lutas” e comissões a funcionarem melhor espero eu, faço votos. Mas aqui temos que fazer “mea culpa” nem a permanente, funcionou, como deve ser. Mas aceito as desculpas da Sra. Presidente.

A Sra. Presidente de Mesa:

“Sra. Membro da Assembleia, funcionou poucas vezes, funcionou quando solicitada por força dos temas colocado em cima da mesa e seguramente, não é a Presidente da Assembleia e a Mesa da Assembleia, não deixaram de ter competências e a convocação de assembleias, o agendamento, as ordens de trabalhos, etc., etc., são competência da mesa, portanto, a Comissão, desculpe-me eu já a ouvi, pode dar, pode continuar a dar, não está em causa, mas já ouvimos e já percebemos. Não foi por isso que a Assembleia não funcionou, não foi por isso, a Comissão Permanente tem outras funções, pronunciar sobre outros temas reunião, muito poucas vezes de facto, a propósito de temas estratégicos normalmente questões relacionadas com o orçamento e plano de atividades, a solicitação do Presidente da Câmara, portanto, enfim, não funcionou mais? É verdade, mas acho que se o seu objetivo é responsabilizar-me por isso, Sra. Membro da Assembleia, oiça eu hoje estou realmente um bocadinho cansada, talvez esteja com pouca paciência para as suas brincadeiras e, portanto, não encaro como tal, percebe, é isso, eu fui a primeira pessoa a dizer caso não tenha reparado, foi a primeira pessoa a dizer antes da intervenção de qualquer um dos outros membros que, de facto, achava que nós tínhamos que repensar o funcionamento, o modo, a organização, o estilo etc., das comissões no próximo mandato, portanto, se isso não é fazer mea culpa, não sei o que é que a Senhora chama mea culpa, mas nesta altura do campeonato também não lhe quero perguntar.

Pergunto aos Srs. Membros da Assembleia se mais alguém deseja intervir e se não houver outras intervenções, vamos terminar a reunião, eu não deixo..., já tinha pedido a palavra e eu não vi?

Desculpe.”

A Sra. Ana Elísia Monteiro do PS:

“É só para dar uma nota e cumprimentar desde já todos os presentes porque não tinha tido a oportunidade para o fazer na pessoa da Sra. Presidente da Assembleia. Só dar nota ao colega Colin porque ele realmente frisou as presenças e ausências e que realmente o último ano, foi um ano atípico em relação a estas convocatórias, mas eu efetivamente justifiquei a minha presença gostaria também de repor um bocadinho da verdade, com conhecimento ao colega Colin, justifiquei a minha ausência por estar em período de isolamento profilático, ter estado em contacto com uma pessoa infetada e também solicitando que me dessem a possibilidade de recorrer a uma plataforma remota para participar na reunião, portanto, não me foi respondido, eu tenho o e-mail enviado para a Assembleia e para o colega, não correspondem à verdade que eu não tenha justificado e que não tenha contribuído de forma ativa por algum lapso da minha parte, ou algum desinteresse por fazer parte desta comissão.

Só queria deixar essa nota para não ficar, quase que aqui uma injustificação que efetivamente foi feita e, portanto, foi até solicitada que me desse essa oportunidade.

A Sra. Presidente de Mesa:

“Muito bem, foi invocada diretamente, portanto, acho que fez bem.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Muito bem, penso que tomaram nota em princípio da data em que se prevê a realização da próxima Assembleia Ordinária, vinte e oito de junho, é um dia extraordinário efetivamente sai das nossas quintas feiras, é uma segunda-feira, a principal justificação é algumas iniciativas, nomeadamente temos a pedido do Sr. Presidente da Câmara por um lado, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo por outro, a necessidade de participar na nas comemorações dos cem anos da “S.I.M - Sociedade de Instrução Musical,” e, portanto, achei que era inteiramente justo a marcação da assembleia para esse dia e daí a proposta do dia vinte e oito, é um dia duro é uma segunda-feira para uma Assembleia que, obviamente, será mais longa do que esta, mas espero que possamos todos vir a participar, não deixo de dizer já aqui aos Srs. Membros da Assembleia, algo que não resisto e que é normal, eu já estou neste papel há muitos anos e, portanto, neste ou parecido e não resisto a dizer o seguinte, nós estamos a entrar num período que é sempre um período crítico nas nossas relações, com a intensificação das diferenças, ou seja, refiro-me ao período pré-eleitoral e eleitoral que estamos a iniciar, há uma certa tendência para uma maior crispação, há uma certa tendência para a acusações, às vezes há uma certa tendência, enfim, felizmente, não costuma ser ou não costumava ser muito frequente, nem generalizada no nosso concelho, mas, às vezes há até uma certa tendência para alguma indelicadeza que, noutras fases não temos e, portanto, eu queria dizer a todos que espero que consigamos passar o melhor possível dando um bom exemplo, do que é a convivência democrática, do que é o respeito pela diferença de opiniões, o que é o respeito pelas posições de cada um, e que consigamos não ser mais ou trazer mais a cinte para os órgãos em que estamos em conjunto e para os espaços que partilhamos noutros contextos do que trazemos noutros momentos, pronto, são os meus votos e é o meu apelo...”

O Sr. José Carlos Sousa do PS:

“Sra. Presidente.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“O José Carlos de Sousa está a pedir...”

O Sr. José Carlos Sousa do PS:

“Falta a ata.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Com toda a razão, desculpem.

Nós temos a ata número trinta e seis, realizada a vinte e nove de abril, temos então esta ata para aprovar e obrigada José Carlos.

Pergunto se há questões sobre esta ata? Alguma observação, alguma sugestão, alteração do fundo, de pormenor que queiram ver...”

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

“Tenho aqui umas pequeninas correções, que já entreguei ao secretariado.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Agradeço.

Pergunto, se há mais alguma questão de fundo, ou outra sobre a ata, esta ata em concreto?

Não havendo votamos.”

A Ata número trinta e seis, de vinte e nove de abril de dois mil e vinte e um, foi aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, um do MIM, dois do BE e um Independente-Mário Rui Baltazar)

A Sra. Presidente de Mesa:

“Sr. Presidente da Câmara.”

O Sr. Presidente da Câmara:

“Para deliberação referente ao ponto dois a ata deverá ser votada em minuta.”

A Sra. Presidente de Mesa:

“Exato, nós, enfim, submeto no final aquilo que poderia ou que deveria ter feito no início que é submeter a apreciação em minuta dos pontos que foram discutidos aqui na Assembleia hoje, para que, de imediato se possa dar sequência, nomeadamente à questão que envolve o Conselho Metropolitano, portanto, se nada tiveram a opor ou colocado de outra maneira.

Quem vota contra a aprovação em minuta das decisões aqui tomadas hoje, quem vota contra quem se abstém, quem vota a favor, portanto, é aprovado por unanimidade e pode produzir efeitos a partir de amanhã.

Srs. Membros da Assembleia, se não houver mais questões, peço desculpa por alguma impaciência da minha parte, o meu cansaço hoje é enorme, eu estive consecutivamente sentada, desde as treze horas e trinta minutos, portanto, estou exausta e provavelmente, muitos outros.

Obrigada a todos, boa noite, muito obrigada a quem nos acompanha em casa, aos nossos técnicos e até ao final do mês, fiquem bem os que estão em casa.”

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas vinte e três horas e trinta e sete minutos do dia nove de junho de dois mil e vinte e um, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, aos dez dias de junho de dois mil e vinte e um.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Primeiro Secretário

Carlos Alberto da Silva Caçoete